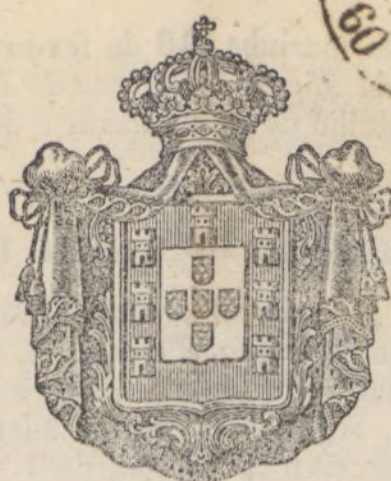


Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



Por um anno	12\$000
Por seis meses	6\$800
Por tres meses	3\$500

Comunicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Representando-me João Victorino Pereira da Costa, cirurgião do partido da camara municipal de Torres Vedras, que, em resultado dos excessivos trabalhos e fadigas que supportára já em avançada idade de nos mezes de maio a outubro de 1856 para socorrer os doentes de cholera morbus por occasião da epidemia que então grassou n'aquelle concelho, ficára reduzido ao estado de invalidez, e impossibilitado assim de prover por meio da clinica á sua subsistencia e da familia numerosa que tinha, pedindo por isso ser contemplado com uma pensão das autorisadas pela carta de lei de 4 de junho ultimo; e comprovando-se pelas informações das autoridades administrativas, e documentos juntos ao respectivo processo, serem verdadeiras as allegações do supplicante; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder ao referido João Victorino Pereira da Costa a pensão annual e vitalicia de 180\$000 réis, nos termos da autorisação dada ao governo na citada lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Representando-me Catharina Rosa, viuva de João José de Sousa, enfermeiro, que foi do hospital dos cholericos, estabelecido na cidade de Tavira por occasião da epidemia da cholera morbus, que ali grassou em 1855, a extrema pobreza a que ficára reduzida pelo fallecimento de seu marido, victima d'aquella epidemia, e do seu zelo no tratamento dos doentes confiados aos seus cuidados; e mostrando-se pelos documentos e informações das autoridades serem verdadeiras as allegações da supplicante, tanto em relação á sua pobreza, como aos serviços prestados por seu marido no curativo dos doentes de cholera morbus, e estarem satisfeitos os requisitos da lei de 4 de junho findo; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder á sobredita Catharina Rosa a pensão annual e vitalicia de 120\$000 réis no termo da autorisação conferida ao governo na citada lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei a conta do reverendo bispo de Angra, datada de 20 de dezembro do anno proximo passado, em que representa a impossibilidade de ser promptamente posto em execução na diocese respectiva o decreto de 19 de agosto do referido anno, que regulou novamente o registro parochial, não só pela falta de communicações facies entre as terras da mesma diocese para a expedição das ordens convenientes, como também pela falta dos livros que para aquelle registro devem fornecer as juntas de parochia, crescendo o não haver recebido senão somente trinta e cinco colleções dos formularios, conforme os quaes devem os parochos dirigir-se no mesmo registro; quando a portaria expedida por este ministerio em 8 de outubro ultimo annunciava a remessa de cento trinta e cinco colleções d'aquelles formularios; concluindo o mesmo prelado por consultar a conveniencia de não ser posto em execução o mencionado decreto na sua diocese senão desde o 1.º de julho proximo futuro, ou no 1.º de janeiro de 1861, como tem por melhor, para que as juntas de parochia tenham tempo sufficiente para apromptarem os livros necessarios, para estes serem rubricados, e para os parochos se porem bem ao facto do novo registro. E considerando que, posto as communicações entre as diferentes ilhas do archipelago dos Açores não sejam tão promptas quanto fora para desejar, não se acham contido em tal estado do atraso que o que fica referido; considerando que também não parece dever causar grande obstaculo a necessidade do tempo indispensavel para apromptar os livros precisos, porque este não pôde deixar de ser limitado pela natureza simples do arranjo dos mesmos livros; e a rubrica d'elles não pôde exigir um grande praso para a sua realisação, vistas as duas circumstancias de pouco volumosas que tem de ser os livros de registro, e a divisão do trabalho das rubricas que é autorizada, como ensinam as instruções expedidas a respeito d'este objecto: considerando que essas difficuldades hão de diminuir na razão do esforço empregado para supera-las: considerando finalmente que, posta de parte a menos facilidade das communicações, na pratica realisação n'outras dioceses se mostra facil a execução do decreto de 19 de agosto, onde a convicção das salutaras providencias, e o zelo pelas proprias obrigações, tem animado aquelles a quem o mesmo decreto impõe deveres no seu cumprimento: Sua Magestade houve por bem resolver que se remettam ao reverendo bispo de Angra noventa e nove colleções dos formularios que não recebeu, e lhe faltam para complemento das cento trinta e cinco, que deviam acompanhar a portaria de 8 de outubro ultimo; e que se recommende ao mesmo prelado, que, logo que as tenha recebido, ordene a sua distribuição, fazendo-as acompanhar das ponderações que a importancia do assumpto não pôde deixar de suscitar em sua intelligencia, a fim de excitar o zelo dos parochos da diocese sujeita ao seu pastoral cuidado a bem cumprirem as determinações contidas no decreto; participando-se-lhe que Sua Magestade, confiando no zelo do referido prelado, deixa ao seu prudente arbitrio a fixação

da epocha em que nas diferentes parochias da sua diocese deva ter começo a execução do decreto de que se trata, certo de que elle estará em pleno vigor em todo o bispado no dia 1.º de julho proximo futuro, epocha bastante afastada, e até á qual decorre um praso longo e sufficiente para que se cumpram as regias determinações. E querendo Sua Magestade tornar o mais facil possível a tarefa do reverendo bispo em relação ao objecto referido, outrosim lhe manda communicar que n'esta data se officia ao ministerio do reino para que aquella repartição se expeçam as ordens necessarias para as juntas de parochia respectivas de prompto fornecerem os livros para o registro na conformidade do real decreto, de cuja execução se trata. O que se communica ao sobredito prelado para sua intelligencia e effectos necessarios.

Paço das Necessidades, em 6 de fevereiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

2.ª Repartição

Não se havendo dado ainda completa execução ás ordens expedidas por este ministerio para se apromptarem os inventarios das casas religiosas do sexo feminino da diocese primaz de Braga, apesar dos meios empregados para levar a effecto este importante trabalho, cuja utilidade é manifesta, para habilitar o governo, como defensor e protector natural d'estes estabelecimentos, e de todos os da mesma ordem, a formar juizo seguro a respeito dos conventos que actualmente existem no continente do reino, e nas ilhas adjacentes, assim no que respecta ao seu pessoal, bens de qualquer natureza e sua administração, como a outras circumstancias, que convém attender; a fim de que possam adoptar-se opportunamente as providencias que mais justas e proficuas pareçam quanto á sorte futura das mesmas casas: tornando-se cada dia mais urgente, na presença dos factos, não abrir mão d'este negocio, e activar por todos os meios o pleno cumprimento das determinações regias, a que se allude; e não devendo attribuir-se a sua inexecução a outras causas que não sejam provenientes de difficuldades inesperadas, diante das quaes, em vez de affrouxar, deve redobrar-se o empenho de as vencer: houve Sua Magestade El-Rei por bem resolver que se communica ao reverendo arcebispo primaz de Braga todo o referido; e se lhe declare ao mesmo tempo, que, sendo necessario activar e ultimar os trabalhos dos inventarios dos conventos da diocese a seu cargo, cumpre que o reverendo arcebispo primaz informe por esta secretaria d'estado quaes as difficuldades encontradas que tenham obstado á inteira execução das resoluções tomadas sobre o assumpto, para que possam opportunamente dar-se as providencias precisas para remove-las; convindo que, na falta de maiores difficuldades, o mesmo prelado faça expedir as ordens dependentes de sua autoridade, no sentido das regias determinações; ficando na certeza de que, n'esta data, se fazem as communicações necessarias ao ministerio da fazenda, do qual depende o delegado do thesouro no districto respectivo, para que, procedendo de accordo com as autoridades que devem intervir no presente negocio, se consiga mais prompta e cabalmente a execução do que se pertence. Sua Magestade, certo do illustrado zelo do reverendo arcebispo primaz de Braga, espera que o empenho do assumpto de que se trata, e que o mesmo augusto senhor lhe ha por muito recommendado.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Na mesma conformidade e data se expediram portarias aos prelados das dioceses do Algarve, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu; e se fez a communicação competente ao em.º cardinal patriarcha de Lisboa: e bem assim se repetiram as ordens convenientes quanto á conclusão dos trabalhos respectivos a inventarios dos bens das mitras, cabidos e fabricas das cathedraes.

Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS

Repartição de obras publicas

Tendo o director das obras publicas do districto de Evora submettido á approvação d'este ministerio o projecto para a construcção de uma ponte sobre o rio Divor, na estrada de Arraioles ao Vimieiro, que deve substituir a ponte em ruina denominada do Porto: ha por bem S. Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer do conselho de obras publicas, approvar o indicado projecto, e ordenar que se proceda á construcção da dita ponte, ficando o referido director autorisado a dependir n'esta obra até á quantia de 12:064,455 réis em que importa o respectivo orçamento; cumprindo que o mesmo funcionario procure effectuar a dita construcção com a maior economia possivel. O que se lhe participa para os devidos effectos.

Paço, em 27 de fevereiro de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel. — Para o director das obras publicas do districto de Evora.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na quarta feira 29 do corrente, sendo a ordem do dia pareceres de commissões, e interpellações, se os srs. ministros estiverem presentes.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 27 de fevereiro de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 8056

RELATOR O EXCELENTISSIMO CONSELHEIRO GRADE

Nos autos civis vindos da relação dos Açores, recorrente D. Maria da Conceição Taveira e Neiva, brasileira, recorrido Jacinto Pinto Taveira, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc. Mostra-se que o accordo recorrido a fl. 156, rectificando e sustentando sobre embargos o outro de fl. 108 v., condemnou a recorrente a prestar alimentos ao recorrido pelos bens do vinculo que ella possui na ilha de S. Miguel, desatendendo as nulidades, que foram arguidas ao processo.

Considerando porém, que, com quanto a citação edital a fl. 111, com que foi instaurada a acção no juizo de direito da comarca de Ponta Delgada, fosse admissivel na figurada hypothese da ausencia da recorrente em parte incerta, todavia logo que constou em juizo, pelo requerimento a fl. 30 e protesto a fl. 33 do tutor ad bona, que ella não estava em parte incerta, e sim no imperio do Brazil, como melhor se mostrou por sua procuração a fl. 64, feita na villa de Meia Ponte, provincia de Goiaz, similhante citação caducou, e ficou sem effecto; cumprindo se renovasse na pessoa da recorrente, como primeira que se lhe fazia, em observancia do art. 194.º e 208.º da reforma, e que se verificasse no juizo do seu domicilio, que era o unico competente, nos termos do art. 178.º da reforma; para a não arrancar d'elle, e cogi-la a responder nos tribunaes d'este reino (para ella estrangeiro e tão remoto), sem que tivesse renunciado seu privilegio domiciliario. Nem obsta o se ter deduzido opportunamente a declinatoria *fori*, conforme o art. 317.º da ref.; porque esta falta não pode prejudicar a recorrente em seu direito; já porque foi commettida por um curador in litem, que se lhe nomeara sem seu conhecimento e approvação; já porque estando ella legitimamente impedida pela distancia lhe não corria o tempo, ordenação do liv. 3.º, tit. 91.º, § 1.º; e já porque, competendo-lhe o beneficio da restituição como ausente, podia invoca-lo contra qualquer acto do processo, em que fosse léza, na forma da ordenação do mesmo liv., tit. 41.º, §§ 1.º e 7.º.

Considerando, que, ainda que o vinculo seja situado na mesma ilha, sendo a presente acção de alimentos, na qual se não verifica alguma das excepções previstas no artigo 181.º da ref., para que devesse ser proposto no foro *rei sitae*, não era no juizo de Ponta Delgada onde se devia conhecer e decidir do seu objecto, e sim no foro da recorrente, o que tudo se não fez, com violação dos citados artigos 178.º e 181.º da reforma.

Considerando finalmente, que, com quanto no § penultimo do assento de 9 de abril de 1772 se declare transmissivel ao successor do vinculo o onus e encargo real dos alimentos, contudo a acção de pedi-los, fundando-se na obrigação de os prestar, é meramente pessoal, e segue a regra geral de tales acções, que devem ser intentadas no foro dos réus.

Resulta de tudo, e principalmente da incompetencia do juiz que conheceu da causa na primeira instancia, com manifesta illegalidade, que o processo se tornou nullo insanavelmente desde seu principio, na forma da ordenação do liv. 3.º, tit. 75.º, pr.; e art. 1.º, § 2.º, da lei de 19 de dezembro de 1843, que a ella se refere.

Portanto annullam o mesmo processo desde seu começo, e mandam que os autos baixem á primeira instancia para se cumprir a lei.

Lisboa, 10 de janeiro de 1860. — Grade — Aguiar — Caldeira (vencido) — Ferrão — Sequeira Pinto.

Este conforme. — Secretaria do supremo tribunal de justiça, 10 de fevereiro de 1860. — O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE LISBOA

Pela repartição de fazenda do districto de Lisboa se annuncia que no cofre central do ministerio da fazenda começará o pagamento do vencimento do mez de fevereiro corrente, respectivo aos titulos de renda vitalicia, com assentamento n'este districto, tanto ás classes comprehendidas no decreto de 23 de agosto de 1843 e 30 de março de 1844, como ás de consideração de que trata o de 15 de maio de 1845, pela forma seguinte:

No dia 1 de março	n.ºs	6 a 1624
» 2	»	6325 a 6502 Consideração
» 3	»	1625 a 2293
» 6	»	6504 a 6852 Idem
» 7	»	2296 a 3409
» 8	»	6881 a 7894 Idem
» 9	»	3412 a 4232
» 10	»	7895 a 9452 Idem
» 13	»	4235 a 5340
» 14	»	9470 a 10205 Idem
» 15	»	5342 a 6808
» 16	»	10207 a 10621 Idem
» 17	»	6811 a 9443
» 20	»	10626 a 11179 Idem
» 21	»	9446 a 10508
» 22	»	11201 a 11762 Idem, e todos os que se apresentarem d'este ultimo em diante
» 23	»	10510 a 10896
» 24	»	10897 a 11743 Idem

Declara-se que os recibos que deixarem de ser pagos nos dias acima marcados só serão satisfeitos nas segundas-feiras seguintes.

Repartição de fazenda do districto de Lisboa, 25 de fevereiro de 1860. — O delegado do thesouro, João Felix Alves de Minerva.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que pretende vender em hasta publica no dia 8 de março

proximo, pela uma hora da tarde, uma machina loco-moblie, que existe na abegoria da limpeza da cidade, onde pôde desde já ser examinada; e a dita rematação se verificará, no caso do preço que se offerecer convir á vereação.

Camara, 25 de fevereiro de 1860. — O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

INSTITUTO AGRICOLA E ESCOLA REGIONAL DE LISBOA

Pela secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa se annuncia que no dia 4 do proximo mez se ha de vender em hasta publica, a quem maior lance offerecer, a lenha proveniente da limpeza das arvores do Campo grande.

O referido leilão verificar-se-ha no proprio local, pelas onze horas da manhã, perante o director interino do Campo, achando-se a lenha dividida em lotes.

Secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa, em 25 de fevereiro de 1860. — Pelo secretario, Henrique Stephen de Wild.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pretendentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE ESTREMOZ

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Estremoz, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE ESTREMOZ						
De posta interna.....	2.425	1.264	—	—	936	11
De reino e ilhas.....	—	—	79	16	—	—
De Hespanha.....	—	—	6	7	—	—
Dalem dos Pyreneos.....	—	—	4	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	2	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	11	21	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	2.024	22	81	23	764	3
Para Hespanha.....	—	3	—	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	9	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
	4.461	1.286	267	72	1.700	14
No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de	4.382	965	216	31	2.818	12

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Estremoz, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Estremoz, em 18 de fevereiro de 1860. — O administrador, João Antonio Léo de Pavia.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAL RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio José Eustaquio da Fonseca, Antonio Nogueira—Conde da Ribeira Grande, Conde de Sampaio—João Antonio Bojardo, João Antonio Gonçalves, João do Patrocínio Peixoto, Joaquim José da Silva, Josefa—Maria Isidora da Luz—Prioriza do Convento de Carmide.

Administração central do correio de Lisboa, em 27 de fevereiro de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se pela chamada estarem presentes 77 srs. deputados.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. secretario Mamede de que o sr. Justino de Freitas não pôde comparecer á sessão ultima, e falta ainda hoje, por incommodo de saude.—*Inteiramente.*

2.º Do sr. Blanc (Hermenegildo) de que faltou á sessão de 25 por incommodo de saude.—*Inteiramente.*

3.º Do sr. Telles de Vasconcellos de que por incommodo de saude não tem podido comparecer ás ultimas sessões.—*Inteiramente.*

4.º Do sr. Azevedo e Cunha de que não pôde comparecer ás sessões de 24 e 25 do corrente por falta de saude.—*Inteiramente.*

5.º Do sr. Diogo de Sá de que o sr. Ferreira Pontes não comparece á sessão de hoje por motivo justo.—*Inteiramente.*

6.º Do sr. Bramcamp de que por motivo de molestia não pôde comparecer na sessão de 25.—*Inteiramente.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da guerra acompanhando 150 exemplares das contas d'este ministerio, relativas á gerencia de 1858 a 1859, e ao exercicio de 1856 a 1857. — *Mandaram-se distribuir.*

2.º Uma representação dos remadores da estação de saude de Setubal, pedindo que os seus vencimentos sejam equiparados aos dos outros remadores das estações de saude do reino. — *A' commissão de saude.*

3.º De alguns possuidores de coupons, que não têm sido pagos pela junta do credito publico, pedindo providencias a este respeito. — *A' commissão de fazenda.*

São enviados ao governo os seguintes requerimentos:

1.º Requerio se pegam ao governo, pelo ministerio da fazenda, as informações pedidas pela commissão de fazenda em 20 de dezembro de 1858 sobre o requerimento de alguns possuidores de coupons que não foram pagos pela junta do credito.

Uma copia da portaria de 25 de novembro de 1855, e representação da direcção do banco de Portugal a esse respeito.

Uma copia da representação da direcção do fundo especial de amortisação, relativa ás cautellas passadas em duplicado pelo thesouro para a emissão de algumas acções sobre o mesmo fundo de amortisação. — *Augusto Xavier da Silva.*

2.º Requerio que se pegam ao governo, pelo ministerio competente, para que mande a esta camara quaisquer informações que desde 1855 o governador civil do districto de Faro tenha mandado para a secretaria do reino sobre a creação de um asylo de infancia desvalida no mesmo districto. — *Bivar.*

3.º Em additamento ao requerimento, que hon-

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860. — Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO ROCIO

Tendo de proceder-se á numerção dos predios dos largos de S. Julião, Pelourinho, Corpo Santo, rua do Arsenal, calçada de S. Francisco, e travessa do Cotovello, segundo o systema adoptado no edital do governo civil de Lisboa, do 1.º de setembro ultimo, previnem-se os respectivos proprietarios para vir ou mandar saber á administração do bairro do Rocio, no prazo de cinco dias, os numeros que competem aos seus predios, na intelligencia de que, não comparecendo, se procederá na conformidade do que se dispõe nos artigos 12.º e 13.º do mencionado edital.

Lisboa, 27 de fevereiro de 1860. — O escrivão da administração, Francisco Maria de Sequeira Pinto.

DIRECÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO

Por esta direcção se annuncia que do 1.º de março proximo futuro em diante se achará aberta para as recepções e transmissões do serviço official, e annuncições dos particulares, tanto nacionaes como estrangeiros, a estação telegraphica de Villa Real de Trás os Montes.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 27 de fevereiro de 1860. — O director geral, José Bernardo da Silva.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Renova a iniciativa dos projectos de lei sobre a abolição dos corpos de segunda linha no archipelago de Cabo Verde, e na provincia de S. Thomé e Príncipe, datados de 31 de janeiro e 19 de novembro de 1859, e publicados no *Diario da Camara* de 7 de fevereiro e 21 de novembro do mesmo anno. — O deputado pelo ilha de S. Thomé, Bernardino Francisco de Alvares.»

É enviada á commissão do ultramar.

Tem igualmente segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Thomás de Carvalho, para que os bacheiros formados pela universidade de Coimbra e os cirurgiões formados nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto possam concorrer para todas as cadeiras que constituem o curso completo d'estas escolas.

A commissão de instrucção publica.

2.º Do sr. Moraes Soares, autorisando o governo a converter o convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição de Chaves em collegio de educação de meninas.

A commissão ecclesiastica, ouvida a de fazenda.

3.º Do mesmo sr. deputado, sobre colonias agricolas.

As commissões de administração publica e de legislação.

4.º Do mesmo sr. deputado, creando uma administração especial, subordinada ao ministerio das obras publicas, das pescarias, salinas, piscicultura, e as industrias que d'estas se derivam.

A commissão de pescarias.

5.º Do sr. Lopes Branco, sobre organização e administração judicial, contendo a diminuição de juizes de segunda instancia, e extincção da relação dos Açores; augmento de juizes de primeira instancia; extincção de juizes ordinarios e eleitos, passando as attribuições de julgar para os juizes de paz, alem d'aquellas que actualmente lhes pertencem; e outras muitas providencias sobre a reforma do processo tanto civil como criminal; propondo juizes de primeira instancia privativos para o crime e para os orphãos em algumas comarcas de importancia, alem de muitas mais disposições em relação aos dois pontos de organização e administração judicial.

É enviado á commissão de legislação, e mandado publicar no *Diario de Lisboa*, como requerer o seu autor.

O sr. Barros e Sá:—mostrando a urgente necessidade de que quanto antes se constitua a commissão de moeda falsa, pede á mesa que na primeira occasião que for possível se trate de nomear os dois membros que faltam para completar esta commissão.

O sr. Gaspar Pereira:—envia para a mesa o diploma do sr. deputado Luiz Pinto Tavares, pelo circulo do Fundão, e participa que o mesmo sr. tenciona quanto antes vir tomar parte nos trabalhos da camara.

O sr. Pita de Castro:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo. Pede a urgencia d'este requerimento porque carece d'estes esclarecimentos para quando se tratar do projecto apresentado pelo sr. ministro das obras publicas para a admissoão dos cereaes; e por essa occasião espera mostrar quanto são infundadas as apprehensões que se tem espalhado sobre a falta de cereaes.

O sr. Nogueira Soares:—manda para a mesa o parecer da commissão de poderes sobre os diplomas dos srs. deputados Gaspar Teixeira de Sousa Magalhães e Lacerda, e José Dias Ferreira.

Foi approvado, sendo em seguida proclamados deputados.

Foi introduzido na sala, e prestou juramento, o sr. Gaspar Teixeira.

O sr. Gomes de Castro:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

Aproveitando esta occasião, chama a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre a necessidade de mandar proceder aos estudos necessarios para se fazerem os melhoramentos da barra de Espozende, e do rio Cavado até Barcellos. S. ex.ª prometteu na sessão passada, que pelo novo projecto que tencionava apresentar, creando as inspecções nos diferentes districtos, commetteria ao inspector, ao qual incumbissem as obras d'aquelle districto, o encargo de confeccionar aquelles estudos, e até ao presente não lhe consta que taes estudos se tenham feito; e por tanto aguarda a resposta de s. ex.ª a este respeito.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—nos fundos que se votam anualmente para estradas e obras publicas destina-se uma somma para estudos. Os illustres deputados, no interesse das localidades que representam, pedem que se façam estudos de varias obras, e todas importantes; no entretanto nem as sommas votadas, nem sobre tudo o pessoal tecnico de que o governo pôde dispor, são sufficientes para se poderem fazer todos os estudos necessarios que ha em todo o paiz. É esta a razão por que não pôdem ainda hoje estar concluidos todos os estudos, que têm sido pedidos. No entanto o governo cumpriu a sua promessa, quanto ao estabelecimento das inspecções; e o engenheiro, ultimamente encarregado de inspecção nos districtos do norte, partiu ha dois mezes para as localidades do seu destino; o não é possível em tão pequeno espaço ter conhecimento de todos os trabalhos que lhe foram incumbidos; mas pôde assegurar que lhe recommendou que procedesse aos estudos dos rios cuja navegação carece de melhoramentos.

O sr. Placido de Azevedo:—manda para a mesa dois requerimentos pedindo esclarecimentos pelo ministerio das obras publicas.

Se os que respeitam ao empréstimo para estradas não constarem n'este ministerio, n'esse caso requer que se pegam pelo da fazenda.

Aproveitando a occasião chama a attenção de s. ex.ª o sr. ministro das obras publicas sobre o seguinte:

Estando votado por lei o subsidio de 140:000\$000 réis para ser applicado á estrada de Braga a Valença e Monção pelos Arcos, e devendo essa quantia gastar-se no anno economico actual, e não se havendo nos trabalhos que alli se tem mandado fazer consumido senão uma pequena somma, e tendo de gastar-se ainda uma quantia avultada nos trabalhos que é indispensavel fazer n'aquella estrada, pede a s. ex.ª que, tomando em consideração este assumpto, e dando cumprimento á lei, faça todos os esforços possiveis a fim de abrir mais partidos de trabalhos que podiam ser na Portella do Extremo, em direcção aos Arcos, de Pias para Monção e Valença junto aos Arcos, e de Portella de Vade para a Barga. Pede a s. ex.ª que tenha a bondade de mandar abrir aquelles trabalhos, fazendo assim um grande beneficio áquellas povoações, que verdadeiramente estão isoladas de todo o paiz, porque estão, para assim dizer, fechadas entre a Portella de Vade e a Portella do Extremo, sendo por isso immensa a despesa de transporte para tudo quanto produz aquella parte do centro da provincia, que é riquissima em productos agricolas, tendo a maior parte d'elles de ser ali consumida, e por preços muito diminutos.

Pede pois a s. ex.ª que, tomando em consideração o que acaba de expor, haja de mandar abrir os partidos de trabalho que apontou, que não é outra cousa mais do que o cumprimento da lei, e para cumprimento das suas disposições.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—o governo pediu na sessão passada authorisação para um empréstimo de 1.100:000\$000 réis para varias estradas e obras publicas, votando-se por essa occasião as verbas que iam ser applicadas ás diferentes estradas.

Succede porém que n'aquellas para que se pediram maiores sommas, sendo uma dellas aquella a que se referiu o illustre deputado, não tem sido possivel empregar todas as quantias, por não estarem completamente approvados todos os projectos.

A camara sabe os graves inconvenientes que têm resultado de se começarem os trabalhos antes de approvados os projectos definitivos. Mas não se persuada a camara de que, não se tendo applicado até hoje as sommas que foram votadas para esta e outras obras, ellas têm deixado de se empregar em obras publicas, como barras e continuação de varias estradas e outros objectos importantes, e a prova é, que, tendo-se votado o empréstimo de réis 1.100:000\$000 na ultima sessão para ser applicado a obras publicas, no dia ultimo de janeiro do corrente anno, isto é, em sete mezes, tinham-se empregado em estradas e outras obras, barras, estudos e reparos, mais ainda do que a parte correspondente áquelles sete mezes.

No entretanto pôde o illustre deputado estar certo de que, logo que haja estudos e projectos approvados, o governo ha de dar a essas obras todo o desenvolvimento em harmonia com o que está votado.

O sr. Sá Vargas:—lê e manda para a mesa o parecer da commissão de poderes sobre o diploma do sr. deputado eleito Luiz Pinto Tavares.

É logo approvado, sendo em seguida proclamado deputado o mesmo sr. Pinto Tavares.

O sr. Azevedo e Cunha:—renova a iniciativa de alguns projectos de lei, que dizem respeito a objectos militares.

Abstem-se de fazer algumas reflexões sobre este assumpto por se não achar presente o sr. ministro da guerra, o que fará em occasião opportuna.

O sr. Mello Soares:—estamos na epocha dos campanarios, e honra-se de promover os interesses de campanario, tanto do seu domicilio, como do circulo por onde teve a honra de ser eleito deputado: falla do circulo 80, S. Pedro do Sul, e do circulo 79, Castro Daire, ao qual, por dever, e por gratidão, prestará sempre o seu apoio e os seus serviços como deputado. É um duplo campanario, cujo bem-estar deseja, e ha de constantemente promover. Pede pois ao illustre ministro, e seu amigo, que não se descuide da estrada que deve ligar Vizeu, com Lamego, por S. Pedro do Sul, e Castro Daire, concelho importante por tantas razões de publico interesse, e quasi que orphão dos beneficios a que tem tanto direito. Pede mais a s. ex.ª, que dê as suas ordens para que se active o andamento da estrada, já votada e dotada, de Vizeu a Aveiro, passando por S. Pedro do Sul, e lembra a conveniencia, se não a necessidade, de passar esta estrada pela antiga villa do Banho, no concelho de S. Pedro do Sul, não tanto por ser um importante foco de população, quanto porque na dita villa ha um bello estabelecimento de aguas sulphureas, ao qual concorrem muitos doentes de quasi todo o reino, sendo por esta razão muito necessario que haja, como se carece, uma estrada que dê facil accesso a este estabelecimento de summa importancia para a saude publica.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—na sessão passada não só o governo prometteu, mas votou-se, não a estrada de Vizeu a Albergaria, mas a estrada de Aveiro passando por Albergaria; não se começou pois por Vizeu, mas sim por Aveiro. Não pôde dizer ao illustre deputado se a estrada poderá passar pela villa do Banho; só depois de examinados os traçados é que se poderá ver se na verdade a estrada pôde passar por esta povoação, que é importante.

Em quanto á estrada de Vizeu a Lamego não foi ainda votada na distribuição que se tem feito; entretanto o governo ha de trazer á camara uma proposta para um novo empréstimo, e não de ser consideradas, das muitas estradas que ha no paiz, aquellas que forem urgentes.

O sr. J. A. Maia:—manda para a mesa uma representação dos antigos amanuenses de 2.ª classe do ministerio da marinha.

O sr. Julio do Carvalho:—manda para a mesa um requerimento e um projecto de lei.

O sr. Nogueira:—apresenta uma representação de alguns sargentos de corpos, pedindo que a promoção a alferes seja feita pela antiguidade do posto.

O sr. Freitas Branco:—envia para a mesa tres representações.

O sr. Palmeirim:—une os seus votos aos do sr. Placido de Azevedo, pedindo tambem ao sr. ministro das obras publicas, que na estrada dos Arcos sejam emprendidos trabalhos desde a Portella do Extremo a Valença e Monção. E aproveita tambem a occasião para rogar

O Sr. José Esteve:—manda para a mesa alguns requerimentos.

O Sr. D. Rodrigo de Menezes:—na sessão passada apresentou um projecto de lei para a abolição dos passaportes, e varias pessoas das provincias lhe têm escripto pedindo que promova a resolução d'este projecto; mas não renova a sua iniciativa porque lhe consta que o sr. ministro do reino tenciona apresentar uma proposta de lei a este respeito. Pede a s. ex.ª que, no caso de ser esta a sua intenção, não demore a apresentação d'essa medida, porque a exigencia dos passaportes é um grande vexame, ao mesmo tempo que é completamente inútil, pois que ainda nenhum criminoso deixou de viajar em todo o reino por falta de passaporte.

Chama tambem a attenção do sr. ministro do reino sobre o facto de se exigir em Hespanha aos portuguezes o pagamento de 2 pesos por cada passaporte que se visa, quando não lhe consta que em Portugal os hespanhoes paguem similhante verba; recommenda a conveniencia de haver reciprocidade a este respeito.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—o assumpto para o qual o sr. deputado chamou a attenção do governo merece o seu cuidado, e ha muito tempo que tem prompta uma proposta, que ha de apresentar em poucos dias á camara juntamente com outras, pela qual são abolidos os passaportes no interior do paiz.

Em quanto á desigualdade que o sr. deputado indica haver entre o que pagam os portuguezes em Hespanha e os hespanhoes em Portugal em relação aos passaportes, toma nota da sua observação para a communicar ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, e pôde o sr. deputado estar certo de que o governo ha de ter tanto zelo em fazer com que haja uma completa e justa reciprocidade a este respeito, como a s. ex.ª deseja.

O sr. Presidente:—declara que se passa á ordem do dia por isso que a hora está muito adiantada, ficando alguns srs. deputados com a palavra reservada para amanhã, para antes da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PARERE Nº 6

O sr. Presidente:—Antes de se entrar no debate, entende dever expôr o estado em que ficou a questão.

Estando em discussão o parecer da comissão de poderes sobre o sr. Folque, o sr. deputado de mestrado, offereceu o sr. Mello Soares um adiamento, para que o parecer voltasse á comissão, a fim d'ella se fazer cargo de uma nova incompatibilidade, indicando pelo sr. deputado. Houve depois outra proposta para que a camara se occupasse desde logo d'esta especie. Depois appareceu uma nova indicação por parte do sr. relator da comissão, para que, embora se approvasse o adiamento quanto á nova especie, fosse sem prejuizo do parecer que estava dado para ordem do dia. Neste mesmo sentido apresentou o sr. José Esteve uma proposta, e ultimamente apresentou o sr. Silva Cabral uma nova proposta sobre a qual a camara não foi consultada, e por consequencia começa por consultar a camara sobre se admite esta proposta á discussão.

A proposta é a seguinte: «Requerio que se mande á comissão respectiva a materia da nova incompatibilidade para dar sobre ella o seu parecer, sem prejuizo todavia do parecer que está em discussão.» *Silva Cabral.*

Foi admittida á discussão.

O sr. Presidente:—a questão principal, pois, de que agora se trata é, se se ha de adiar toda a materia, ou uma parte d'ella.

O sr. Thomaz de Carvalho (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propunho que a comissão de poderes seja convidada a estudar a lei eleitoral, e apresentar á camara todas as modificações que entender convenientes para a sua interpretação genuína e perfeita execução.»

O sr. Mello Soares:—pede licença para retirar a parte da sua proposta, que diz respeito á ficar dependente a discussão do parecer até a comissão dar a sua opinião sobre a segunda incompatibilidade por o sr. deputado eleito ser director da companhia das aguas.

A camara annui a que o sr. deputado retirasse esta parte da proposta.

O sr. Barros e Sá:—tambem pede licença para retirar a sua proposta.

A camara convio.

O sr. Presidente:—reflete que, retirado o adiamento, continuava em discussão a materia do parecer.

O sr. Silva Cabral:—pede que a sua proposta seja posta á votação.

O sr. Presidente:—ainda que a camara, tendo resolvido que se retirasse o adiamento, dera evidentes signaes de que a approva, não tinha duvida de provocar nova resolução a respeito d'ella.

Põe-se á votação e é approvada.

O sr. Alves Martins:—antes de entrar na materia dirige-se ao sr. ministro do reino a pedir-lhe que se habilite, e marque dia, para responder á interpellação que annunciou sobre habilitação das fabricas de aguardente.

Entrando na materia, propõe-se, com quanto tenha relações de amizade com o sr. Folque, a demonstrar, na letra e no espirito da lei, que elle não pôde accumular as duas funções de deputado e de mestre dos principes.

O cargo de mestre dos principes está comprehendido nas incompatibilidades marcadas pela lei, porque o que ella diz é que o logar de deputado é incompativel com qualquer emprego da casa real, estando o empregado em effectivo serviço. Ora, sendo o emprego o serviço que se presta com remuneração proporcionada, uma vez que o sr. Folque se acha prestando um serviço de que recebe remuneração, não se pôde duvidar que é empregado. Todavia a comissão fundou o seu principal argumento sobre a differença dos empregos com respeito á dependencia ou independencia em que possam estar para com a pessoa do rei; porém um mestre dos principes não é mais nem menos independente do que um camarista, porque a dependencia ou independencia não pôde nunca ligar-se á qualidade do individuo; e neste caso, a haver dependencia, era para mais e não para menos, era para que a comissão concluisse em sentido opposto áquelle por que concluiu, com quanto a lei não marque a dependencia e se refira só a qualquer empregado em effectivo serviço.

Mas diz-se, a letra é morta, e o espirito da lei é que vivifica; pois vamos a ver se o espirito da lei pôde salvar o sr. Folque.

O que a lei teve em vista, enquanto aos empregados da casa real, não foi nenhum dos inconvenientes que a comissão apontou com relação aos outros empregados; foi que não tivessem entrada na camara homens que de alguma maneira se podessem suaver influenciar por aquelles juntos dos quaes exercem o seu emprego, recebendo remuneração e tendo as responsabilidades naturaes aos empregos da casa real. Isto nada tem com o governo, e portanto não se pôde comprehender nas incompatibilidades que a lei estabelece para os outros funcionarios.

Logo que o sr. Folque é empregado da casa real, como diz no seu officio, e que a lei, referindo-se aos empregados da casa real, abrange todas as denominações e serviços que ha naquella casa, o que se segue d'ahi é que o sr. Folque ha de optar entre as funções de deputado e as de mestre dos principes.

Mas diz a comissão: a alta respeitabilidade do professorado não admittie a dependencia que a lei suppoz para estabelecer a incompatibilidade e a consequente necessidade da opção. Ora, não devendo suppor-se nenhum dos empregados neste caso mais ou menos independente, com mais ou menos cathedra do que o professor que presta um serviço na universidade de Coimbra ou em outro qualquer estabelecimento, d'onde vem a alta respeitabilidade de que falla a comissão? Da natureza do emprego? De certo que não. É das relações intimas que nascem entre o mestre e o discípulo? D'ahi não se pôde concluir que o professor seja um empregado mais independente do que outro qualquer servidor do estado ou outro qualquer cidadão. E por consequencia este considerando da comissão nada vale.

Por mais respeitavel que seja o exercicio que o sr. Folque tem no paço, não se pôde nunca suppor que os camaristas e outros fidalgos estejam em circumstancias mais desfavoraveis do que o mestre de mathematica; e não se haviam de excluir aquelles e admittir-se este. Então mais uma razão para votar contra o parecer.

Tendo assim combatido o parecer da comissão, resta-lhe agora responder a alguns argumentos que em favor d'elle se apresentaram.

Disse o sr. relator da comissão que se deve applicar ao sr. Folque a mesma regra que se tem applicado a outros empregados do paço, que tem assento na camara, estando ali em effectivo serviço, e tendo logar nos cortejos; e appellou especialmente para o sr. D. Rodrigo e para o sr. Castro e Lemos, que acaba de ser deputado. Ora este argumento não colhe, porque nem o sr. Castro e Lemos nem o sr. D. Rodrigo estão no mesmo caso do sr. Folque; e não estão, porque o sr. Castro e Lemos é guarda roupa honorario, não recebe remuneração, nem está em effectivo serviço, e o sr. D. Rodrigo tem o diploma de moço fidalgo, mas crê que não faz serviço nem tem remuneração. Então para que se fallou n'estes senhores? Para encubrir a fraqueza das razões que a comissão teve para dar o seu parecer como deu: não foi por ignorancia, foi por sabença de mais.

Em quanto á questão da dependencia, ouvindo dizer que o sr. Folque, por ser mestre dos principes, não estava ás ordens de Sua Magestade; e os camaristas de El-Rei estão ás ordens de Sua Magestade? Onde achou a comissão esta differença? Pois a morderia nomeava o sr. Folque sem ser por vontade de El-Rei? As ordens de Sua Magestade estão todos os empregados da casa real, e assim como o sr. Folque foi nomeado para mestre dos principes, amanhã pôde ser nomeado outro. Não ha lei alguma que colloque o sr. Folque acima dos camaristas.

Onde foi, pois, a comissão buscar a razão para dizer que o sr. Folque não está ás ordens de Sua Magestade?

Quem sabe tambem o que é o mestre e o que é o discípulo, e as relações que se adquirem pela frequência nas aulas, não pôde concordar com a comissão nas doutrinas que a este respeito apresentou. A comissão estabelece que se ha influencia de mestre para com o discípulo, mas do discípulo para com o mestre não, porque o mestre é que dá a lição. A opinião d'elle (orador) é que a magistratura do professorado é de tal ordem, que deve exercer uma alta influencia nos discípulos que lhe estão confiados.

Se o illustre relator dissesse, que, apesar das relações intimas que devem necessariamente existir entre o mestre e o discípulo, sejam de que natureza forem, entende que nem as idéas do mestre nem as do discípulo podiam influir no outro, isto podia-se seguir, mas negar a influencia que deve existir entre o mestre e o discípulo, isso é que se não podia admittir. Mas se o illustre deputado, relator da comissão, entende que o mestre influe no discípulo pelo facto de lhe dar a lição, então mais uma razão para votar contra.

Tem demonstrado que o parecer da comissão é contra a letra e espirito da lei, e que o sr. Filipe Folque não pôde accumular as funções de deputado com as de mestre dos principes. Sente muito ter de votar contra este illustre deputado, porque é um dos homens a quem tributa o maior respeito, e de quem é amigo; mas entre a amizade e o dever não pôde deixar de optar por este.

Vota portanto contra o parecer da comissão, e estimará muito ver o mesmo illustre deputado na camara, porque é signal que opta pelo logar de deputado.

O sr. Thomaz de Carvalho:—se a questão que se ventila não tivesse até agora, nem defeza nas leis, nem nos argumentos da comissão, achava-se no discurso que o illustre deputado acaba de pronunciar.

Desbastaria a discussão de alguns argumentos inuteis, e que não podem convencer a camara, os quaes foram trazidos pelo illustre deputado mais em favor da these do que contra ella. Bastará demonstrar a seguinte proposição:—«A magistratura do professorado é tal, que deva exercer alta influencia nos discípulos que lhe estão confiados.» O illustre deputado demorou-se neste ponto como antigo professor, que tem tido vastas relações com os alumnos, e declarou que quanto mais era a respeitabilidade do professorado mais votava contra a incompatibilidade, e ainda foi alem, dizendo que um deputado qualquer, um membro do parlamento, é de presumir que dê sempre um voto consciencioso, qualquer que seja a respeitabilidade do emprego que exerce, qual quer que seja sua posição na sociedade. Pois se é assim, porque vota contra a admittição do sr. F. Folque? Já não é por ser mestre de suas altezas, já não é por ser professor, é só por ser homem livre, por ser membro do parlamento, porque por este facto não pôde ter outra dependencia senão a da sua consciencia.

É necessario dizer primeiro ao illustre deputado que, quando a comissão fallou em independencia do professorado, referia-se ás funções e não ao individuo; e agradece ao sr. Nogueira Soares o ter levantado esta questão do professorado já na ultima sessão, quando um illustre deputado pareceu attribuir-lhe qualidades, que se não podem aceitar n'estas funções.

Sem entrar por ora na distincção especial dos diversos empregados da casa real, parece-lhe que se devem examinar as palavras da lei para ver se o sr. Folque está comprehendido n'ellas.

Qual é a questão que se propõe? O sr. Filipe Folque dizia que, tendo sido mestre de mathematica de El-Rei, e sendo-o actualmente dos senhores Infantes, e tendo-se suscitado duvidas sobre se com esta qualidade poderia occupar o seu logar de deputado, desejava que a camara o decidisse.

Nada mais diz; e a comissão respondeu exactamente á pergunta do sr. Folque.

Alguns srs. deputados porém tem entendido dever julgar a questão pela letra da lei, e outros pelo seu espirito, mas entende que nem na letra da lei, nem no seu espirito, se acha comprehendido o caso do sr. Folque.

Se effectivamente o sr. Folque é empregado da casa real, na conformidade da lei ou ha de optar ou não pôde ser deputado. Mas empregados da casa real são sómente aquelles que a lei considera como taes. E qual é a lei que isto regula? É uma lei que ainda ha pouco tempo foi publicada, mas cujas disposições já eram anteriores, e a lei que reorganizou o ministerio do reino. Por ella se vê que em-

pregados da casa real são sómente aquelles que para ali exercem funções têm um diploma passado pelo ministerio do reino, como são, por exemplo, os officiaes-móres, os camaristas, os ajudantes, em fim todos aquelles que a lei diz que hão de rodear o rei como chefe do estado; todos os mais são empregados do serviço particular do rei, que elle pôde nomear e demittir quando muito bem quizer. Ainda ha pouco foi nomeado camarista de Sua Magestade, pelo ministerio do reino, o sr. D. Manuel da Camara, e não vae longe o tempo em que, pela mesma repartição, foi destituído do logar de mordomo-mór da casa real o sr. duque de Saldanha. Portanto são sómente considerados empregados da casa real, para os effectos da lei, aquelles que a lei considera como taes, e são aquelles que recebem um diploma passado pelo ministerio do reino. Os outros são empregados ou creados particulares da casa do rei, e considerados do mesmo modo como os da casa da imperatriz, das infantas, e dos principes, etc., isto é, são empregados a quem nem a letra nem o espirito da lei eleitoral se refere para o caso presente. Pois por ventura o mestre de piano da infantia pôde não ser deputado, porque dá lições de piano á infantia? É isto possivel? (Apoiados).

Não foi a dependencia que levou os legisladores a exarar o n.º 1.º do artigo 13.º da lei de 30 de setembro de 1852; foi a simultaneidade das funções; nem pôde ser outra coisa. E denmais, alem das razões já ponderadas por parte d'aquelles que defendem o parecer, para mostrar que não foi esta a razão da lei, ha o grito da consciencia que diz, que é impossivel que algum infante mova o voto de um individuo que é deputado, e que este mova o voto geral de uma camara. Como homem publico protesta contra similhante supposição (Apoiados).

Se o espirito da lei fosse o de excluir todos os empregados dependentes, então teria excluido todos os empregados amoviveis, que estão dependentes do ministerio; mas o facto é que os não excluiu, e que muitos d'elles têm exercido e estão exercendo funções parlamentares. Se se admittisse, pois, o argumento contrario, teria de votar muitas incompatibilidades por dependencia.

A camara dos dignos pares, nos direitos politicos e legislativos, é em tudo igual á dos deputados, menos quanto á iniciativa em certos casos; e contudo todos os empregados da casa real podem ser nomeados pares, não temporariamente, mas vitalicia e hereditariamente, de maneira que a dependencia que se não quer admittir temporariamente na camara dos deputados, porque é só durante uma legislatura, admittisse na camara dos pares, não perpetuamente n'um individuo, não durante toda a sua vida, mas durante toda a sua geração!

É portanto evidente, para elle orador, que não foi a dependencia a razão da lei. A lei não tem nada com os mestres dos principes; a lei não quiz que o Rei, como chefe do estado, ficasse isolado, por isso marcou-lhe um certo numero de empregados para junto de si: estes empregados são nomeados pelo ministerio, e a lei só podia attender, e effectivamente attendeu, aos empregados da casa real que têm nomeação ministerial. A lei o que teve em vista foi determinar a incompatibilidade quando as funções se não podem exercer simultaneamente. E pôde o sr. Folque exercer simultaneamente as funções do professorado com as de deputado? Pôde. Logo o sr. Folque não tem que optar, e isto não só pela letra da lei, mas ainda pelo seu espirito.

Ouvira dizer a um illustre deputado que esta questão não fôr posta na camara como devia ser, pois que, tratando-se de uma interpretação de lei, devia ter sido este negocio examinado pela comissão de legislação. Não o entende assim, porque a comissão de poderes é a competente para tratar de todas as questões electorales, e por isso o parecer d'esta comissão tem todas as considerações para ser acceitavel pela camara, sendo uma competente para o dar, e outra competetissima para o discutir e votar.

Julga pois ter provado: 1.º, que a comissão de poderes é competente para dar o seu parecer sobre esta questão; 2.º, que o sr. Folque não é d'aquelles empregados da casa real que como taes podem ser considerados com obrigação de optar, segundo o preceito da lei eleitoral, porque só podem assim ser considerados os que têm nomeação pelo ministerio do reino: 3.º, que os legisladores quando estabeleceram o n.º 1.º do artigo 13.º do decreto de 30 de setembro de 1852 não tiveram em vista a dependencia do deputado, mas a incompatibilidade no exercicio de funções; e por tanto conclue votando pelo parecer, a fim de que o sr. Folque seja admittido na camara sem necessidade de opção, pelas funções que exerce no paço (Apoiados).

O sr. Silva Cabral:—teria maior gosto em não entrar n'esta questão, por isso que as sympathias e affeições pessoas pelo illustre cavalheiro, a quem ella diz respeito, de certo imperam muito no seu espirito para deixar antes abster-se de entrar n'esta discussão, mas a que é levado pelo cumprimento do seu dever; e na collisio entre o dever e as suas affeições, aquelle aponta-lhe o caminho que tem a seguir. E ha de seguir sempre o caminho da razão por qualquer parte que ella o conduza, sem lhe importar considerações pessoas de qualidade alguma, do que tem dado bastantes exemplos na camara, e não é agora que deve quebrar estes seus principios.

Os membros da comissão, a quem sobram de certo sentimentos de patriotismo e de dever, bem como tambem de conhecimentos extraordinarios, tomaram neste ponto a nupem por Juno, e talvez arastados por principios extranhos á lei e á verdadeira hermeneutica, apresentaram um parecer que não pôde sustentar-se nem em vista dos principios, nem em vista da lei.

É preciso apresentar diante da camara a hypothese tal qual se apresentara, é preciso depois ver o que a lei diz, é preciso examina-la de mais longe, já em relação á politica com que foi estabelecida sobre esta disposição, já mesmo á politica já exercida na camara dos deputados a respeito d'este mesmo objecto. Depois é preciso ainda examinar o que a lei quiz ter em vista, na forma com que se exprime nas disposições do n.º 1.º do artigo 13.º, e depois ver se esta questão é mais elevada do que se tem considerado, vendo-se a ella jogá inteiramente com a divisão dos poderes politicos do estado, e se pôde ou não comprometter radicalmente esta divisão.

Depois de observar e notar todas estas circumstancias é preciso ainda ver se a comissão apresentou argumentos contraproducentes ou inapplicaveis á questão que se agita, e depois se se conhece a questão, se apartou inteiramente d'ella, e que fez errada applicação das razões e considerações que apresenta no seu parecer, deve necessariamente concluir-se que elle não pôde, de maneira alguma, ser approvado.

Tendo dado a hora o orador fica com a palavra reservada para a sessão seguinte.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da destinada para hoje, e levanta a sessão.—Eram 4 horas da tarde.

Relatorio
apresentado pelo sr. ministro e secretario d'estado
dos negocios da marinha e ultramar
em sessão de 23 do corrente

Senhores.—Satisfação a um dever submettendo á vossa consideração os actos da minha administração, como ministro d'estado dos negocios da marinha e

ultramar, actos que na vossa alta sabedoria serão devidamente apreciados.

Por effeito da autorização concedida ao governo pela carta de lei de 24 de julho de 1857, e renovada em 3 de junho do anno proximo findo, foram decretadas as reformas, que dizem respeito ás repartições do ministerio da marinha, comprehendendo a secretaria d'estado, maioria general, arsenal, corpo de constructores, repartição de saúde naval, e observatorio astronomico. Os relatorios que precedem os respectivos decretos, que agora vos são apresentados, demonstram os fundamentos justificativos das referidas reformas, e dos melhoramentos que promettam ás repartições a que dizem respeito. Tem decorrido muito pouco tempo para que a experiencia accuse os defeitos, que porventura essas reformas contemham, mas logo que haja a consciencia de que elles existem, o governo será prompto em os remediar, propondo-vos as alterações de que houver mister. No entanto, segundo as declarações dos proprios chefes, o serviço caminha regularmente em todas ellas, sem que haja a este respeito reclamação alguma, parecendo que o resultado das reformas corresponderá fielmente ao pensamento eminentemente economico e organisador, que dictou as disposições consignadas nos referidos decretos. Tereis occasião de observar pelas demonstrações, que fazem parte dos documentos committidos ao vosso exame, que a restricção imposta no § unico do artigo 1.º da citada carta de lei de 24 de julho de 1857 foi rigorosamente attendida, pois que a somma da despeza de todas as referidas repartições ainda é menor do que a votada no ultimo orçamento do ministerio da marinha, não influndo os vencimentos augmentados dos engenheiros constructores; e as maiorias de ordenado, respectivas aos amanuenses de dez a vinte annos de serviço, o que ficou dependente da approvação das cortes.

É sabido que raras são as reformas que escapam a uma severa censura, o que na maior parte das vezes provém de que cada um concebe differentemente o plano das medidas adoptadas, combinando as idéas conforme a sua intelligencia, quando não é pelo motivo de que os interesses e as esperanças se frustam em muitos d'aquelles, que contavam lucrar com ellas, e d'ahi vem a má vontade e o desabaço, que provoca a critica, talvez pouco recta; pôde-se ter errado, nada mais natural, mas é justo salvar a boa intenção de quem desempenha uma obrigação que lhe foi imposta, e que se possuiu do intimo desejo de acertar. De algum desfavor que se haja lançado sobre as reformas do ministerio da marinha, tenho a convicção de que só uma arguição seria fundada, se não fosse a clausula de se não exceder a cifra do ultimo orçamento, e vem a ser, a desigualdade nos vencimentos de algumas classes, comparados com os dos differentes ministerios, desigualdade que se poderá sanar por occasião da discussão do orçamento, quando se considere meos justos. Vós, senhores, sem preoccupações e illudimentos, julgareis se a boa razão, está, ou não, da parte do governo.

Relatando-vos as medidas adoptadas durante o meu ministerio, sinceramente confesso não o fazer por ostentação dos meus actos, mas para vos provar que, durante o curto espaço de dez mezes, tenho empregado todos os meus esforços, senão para attingir um grande fim, ao menos para regular a administração a meu cargo da maneira que me pareceu mais util ao serviço publico, segundo os recursos á minha disposição, a força da minha intelligencia, e a cooperação dos meus subordinados.

Quando tomei conta d'esta administração, achei que a carta de lei de 30 de junho de 1857, que autorizou a despeza de 800.000.000 réis para a compra de quatro navios de guerra de construção mixta, havia dado um sopro de vida á nossa moribunda marinha. Esta valiosa aquisição que, junta ás outras embarcações de guerra existentes, está ainda longe de ser sufficiente para as indispensaveis incumbencias da nossa marinha, tornou forçoso para a poder utilizar um augmento de pessoal, para conseguir o qual me foi forçoso recorrer a um prompto recrutamento. Para este effeito se decretou, em 25 de agosto ultimo, o regulamento que deve desenvolver o decreto de 22 de outubro de 1851, e que actualmente se acha em execução. As vicissitudes por que tem passado Portugal desde os ultimos cincoenta annos, contribuíram a par de um desleixo indisculpavel, para que fosse abandonada a nossa malfadada marinha, deixando-a definhir. Não se pôde conceber como em um paiz que possui tantas, tão vastas e tão distantes possessões ultramarinas, quasi todas cercadas de inimigos, e que não podem dispensar o auxilio de uma força naval, sob pena de se pôr em risco a sua conservação e segurança, de estarem privadas de promptas e facis communicações, de não poderem impedir o contrabando, que tanto prejuizo causa ao seu commercio, e de não ser possivel cumprir com rigor os tratados contra o abominavel trafico da escravatura; que tendo no continente do reino um litoral rico em portos de mar, cuja defenza deve ser efficaçamente ajudada pela marinha de guerra, se julgasse desnecessaria esta marinha, o que se evidencia, vendendo-se a mesquinha cifra votada no orçamento do respectivo ministerio, quasi todos os annos cercada. Felizmente hoje pensa-se de outra maneira entre nós, e a referida carta de lei de 30 de junho, que honra quem a votou e quem a propoz, dá prova de que se não quer abandonar as nossas colonias, e que ha bastante brío nacional para nos não expormos a que qualquer força maritima adversa, por pequena que seja, possa vir impunemente ameaçar ou envolver os nossos portos. Para corresponder a este pensamento patriótico, é preciso perseverança em continuar no augmento razoavel da nossa marinha, e repetir os sacrificios que esse augmento demanda, senão em tamanha escala, pelo menos para que não parem as construcções e para que essa pouca marinha que temos, seja devidamente mantida e retribuida. Neste sentido o governo, prudente nas suas exigencias, não requererá que na actualidade se comprem por avultadas quantias novos vasos de guerra, mas trata de os fazer construir nos nossos arsenaes, contando que lhe não negareis os meios para isso, por moderados na sua importancia.

Uma corveta de primeira classe, de construção mixta, está lançada no estaleiro de Lisboa, onde igualmente se faze fazer um pequeno vapor. A corveta, que se está construindo em Damão, deve em breve ultimar-se, pois não lhe tem escaseado os meios para o seu adiantamento. Projecta-se tambem mandar fazer uma construção em ponto grande em Goa, enviando para ali um construtor habil. Fabricas de valor se estão ultimamente operado no nosso arsenal. O vapor *Lazarim* ha pouco recebeu a machina perfectamente acabada nas officinas do mesmo arsenal, e esta nova embarcação, depois de se verificarem os precisos ensaios de navegação, partirá para o seu destino. Dos dois palhabetos novos *S. Thomé e Bisau*, que recentemente foram deitados ao mar, já um d'elles partiu para Guiné, e o outro em breve sairá para a provincia a que se destina. A nau *Vasco da Gama* fica prompta n'este mez dos grandes reparos de que carecia, bem como o vapor *Mindello*, no qual se introduziram caldeiras novas. Todas as mais embarcações surtas no Tejo, á excepção de duas já condemnadas, a corveta *Oito de Julho* e o vapor *Conde do Tejal*, estão promptas a navegar.

Da nossa apoucada marinha tem desde março ultimo saído do porto de Lisboa em serviço: a fragata *D. Fernando* para Moçambique com a colónia militar de Tete, degradados, dinheiro e muitos objectos de auxilio para aquella provincia; o transporte *Martinho de Mello* com tropa para Macau, Solor e Timor; a corveta *D. João* para a estação de Macau, tocando em Angola, onde deixou dinheiro e degradados; o brigue *Padro Nunes* para a estação de Angola, levando dinheiro e tropa; as corvetas *Bartholomeu Dias* e *Sagres* para Inglaterra, conduzindo sua alteza a senhora infanta D. Maria Anna, seu illustre esposo e comitiva; as corvetas *Estephania* e *Bartholomeu Dias*, commandadas pelo serenissimo infante o senhor D. Luiz, para as costas de Marrocos, a fim de se dar protecção aos christãos, e fazer respeitar a bandeira portugueza; a corveta *Estephania* para a ilha da Madeira com tropa; a corveta *Sagres* para Inglaterra com a guarnição do vapor *Maria Anna*; o vapor *Mindello* para a Madeira com tropa; o brigue *Sado* duas vezes para Cabo Verde com materias de construção; a corveta *Sagres* para o estreito de Gibraltar, em observação; o vapor *Maria Anna* para Cadiz, conduzindo sua alteza o duque de Nemours e seu filho. Relatando o movimento que ultimamente têm tido as nossas embarcações de guerra, tenho por esta forma demonstrado á camara, que são inteiramente infundadas as accusações que se me têm feito, de ter as ditas embarcações a apodrecer nas aguas do Tejo.

Em virtude da carta de lei de 30 de agosto de 1858, que autorizou o governo a reorganizar o importante serviço de pilotagem em todas as barras do continente do reino, decretou o governo em 30 de setembro de 1859 o respectivo regulamento, no qual se estabeleceu o modo de organizar as companhias de pilotos, com designação das obrigações que têm a desempenhar, e estatuto o systema de pagamento de pilotagem, em relação á tonelagem que o navio medir, e ás difficuldades que offerecem as diferentes barras; designa o pagamento de subsidio aos pilotos que metterem nas barras os navios procedentes de portos suspeitos, e que por isso ficam de quarentena; impõe penas aos pilotos, que, por impericia, erro de officio ou malevolencia, causarem prejuizo; permite ás corporações de pilotos a faculdade de estabelecer qualquer associação de monte pio, e designa finalmente os pagamentos resultantes da despeza da embarcação, que tem de conduzir os pilotos a bordo dos navios, ou auxiliar os respectivos trabalhos. A escuna *Penha Firme*, que foi mandada construir em Inglaterra pelo meu antecessor para o serviço da pilotagem; já está em exercicio fóra da barra do Tejo, conjuntamente com um hiate; e tem provado uma grande superioridade sobre o serviço das muletas; uma terceira embarcação se está construindo para o coadjuvar, segundo o novo systema.

O barco salva-vidas tambem vindo de Inglaterra, já se acha collocado e guarnecido. Mandaram-se traduzir e distribuir as instrucções para as embarcações de salvação.

Existindo no arsenal da marinha uma machina de serrar as curvas e um martinete, duas peças valiosas, vindas do estrangeiro, havia já alguns annos, sem se fazer uso d'ellas por falta de officinas, julgou-se de imperiosa necessidade que estas se construíssem, embora seja para isso preciso gastar acima de 16.000.000 réis, que todavia serão para o futuro bem compensados. O trabalho da construção das referidas officinas vae progredindo, e dentro d'este anno deverão estar ultimadas.

Conhecendo de quanto importa para os trabalhos do arsenal da marinha haver n'elle um grande deposito de madeiras, adicionei á compra da chamada mata da Bichinha, effectuada pelo meu antecessor com aquellas vistas, a de uma outra mata de carvalho na quinta do Bouro, que, tendo estado de 7 a 8.000.000 réis, contém umas 1.300 arvôres, das quaes se obterão 5.000 paus para construção.

O dever de uma boa administração é exercer, por si ou seus delegados, uma constante e rigorosa fiscalização. Neste sentido foi organizado o novo conselho administrativo do arsenal da marinha, de baixo da superintendencia do chefe da administração de fazenda: mandou-se inspecionar por um official general o corpo de marinheiros, e tomaram-se outras medidas tendentes a cortar pelos abusos, e evitar os desperdícios ou delapidações. Em resultado da applicação d'este principio foi encontrado por uma comissão de inquerito um alcance de 54.000.000 réis na pagadoria da marinha, alcance que será sujeito a um julgamento. É um facto a deplorar, mas se não fosse descoberto seria um cancro que corroeria a fazenda publica n'esta repartição.

Sem regulamentos devidamente desenvolvidos e detalhados, o serviço nunca se fará como deve ser. Nesta convicção acha-se já feito no ministerio da marinha o regulamento para as capitães dos portos, o qual ainda se não promulgou, por isso que exige um augmento de despeza não autorisada. Confeccionou-se o regulamento para o serviço de saúde na armada. Deram-se instrucções para regular a navegação dos navios do systema mixto, quanto ao consumo de combustivel, e estabelecendo as lotações para os navios de guerra. Dentro em pouco estarão promptos os regulamentos que dizem respeito ao serviço interno das direcções da secretaria d'estado, e ao serviço e instrucção do corpo da armada.

Não vos cansarei relatando muitas outras medidas tomadas para melhor regularisar o serviço da armada; mas não deixarei passar esta occasião sem declarar que tenho encontrado na respectiva officialidade muita disciplina, dedicação pelo serviço e intelligencia para o desempenho, nem era de esperar o contrario, pertencendo a esta corporação um principe illustre, que lhe dá o nobre exemplo de todas as qualidades que podem formar o mais distincto official de marinha.

Senhores: passarei agora a fazer uma succinta resenha das circumstancias em que se acham as nossas possessões ultramarinas. Quasi todas ellas promettem um feliz futuro, se os elementos de riqueza que em si contêm forem desenvolvidos, e aproveitados; a maior parte está por explorar. Feito isto, não só as nossas colonias subirão ao estado de prosperidade, mas libertarão a mãe patria dos pesados encargos que as suas necessidades lhe impõem, darão um immenso incremento ao nosso commercio, e a população sã e laboriosa que nos sobejar, irá ali buscar trabalho e emprego, certa de que será generosamente retribuida. Todavia, para chegar a este tão desejado fim é forçoso que a metropole se preste a repetir os sacrificios já praticados, mas em muito maior escala, com a segurança de que mais tarde serão largamente compensados. A solução dos interesses das nossas colonias, tão intimamente ligados com os nossos, está dependente de uma unica coisa—o dinheiro preciso; se este se franquear, ellas amortizarão o deficit que as não deixa caminhar, e darão impulso a todos os melhoramentos materias tendentes ao seu desenvolvimento; organizar-se-ha uma força naval e terrestre que as faça respeitar dos seus inimigos internos e externos, e a qual cohibirá o contrabando tão ruinoso para o seu commercio, ao passo que concorrerá para o mais vigorosa execução dos tratados contra o trafico da escravatura, que tanto nos incommoda; pagar-se-ha bem aos seus empregados e aos seus honrados e intelligentes; não lhes faltará colonos para cultivarem esses férteis terrenos, tão invejados, e que tanto abundam nas nossas provincias africanas, muitos debaixo de sau-

davel atmosfera; e, finalmente, poderão dilatar-se, não conquistando pelo ferro e o fogo, mas catechizando pelo meio suave e persuasivo da religião, levando a civilização e a instrução aos povos quasi selvagens que as cercam, podendo então marcar e ocupar os pontos que devem ser os limites naturaes das nossas possessões. Se a nação quer pois, n'este sentido, dar vida ás nossas possessões ultramarinas, e particularmente ás da costa de Africa, é mister um grande esforço pecuniario; se o não pôde ainda fazer, em quanto não organisa as suas finanças, o governo com a maior solicitude empregará todas as diligencias para as amparar e melhorar, segundo os recursos á sua disposição, mas com franqueza vos diz, que não poderá ir além da applicação de palliativos, contando com a continuação dos auxilios até agora ministrados pelo thesouro, os quaes vos peço lhe não negueis.

Vou apresentar-vos uma rápida noticia do estado de cada uma das nossas possessões ultramarinas, e principiarei por Moçambique, pois é aquella que mais cuidados me dá, por isso que inimigos de diferentes especies a perseguem; visinhos turbulentos, cholera morbus, ou outras molestias, propagandas, deficit, maus empregados, sacerdotes de supina ignorancia, e de vida impura; finalmente, costumes corruptos, e tudo isto em escala tal, que o actual governador geral, homem exemplar, e de muita intelligencia, se julga sem força para poder combater, e inteiramente destruir tamanho mal, exceptuando apenas o conter em respeito o genio, o qual ainda ha pouco, em uma aggressão, levou severa lição, que lhe foi dada pelo valente governador de Quilimane, o tenente coronel Custodio José da Silva; e ás ultimas noticias, datadas de 18 de setembro ultimo, estava toda a provincia em perfeito socego, e o estado sanitario era o costumado.

A provincia de Moçambique estende-se por mais de trezentas leguas de litoral, desde o cabo Delgado até á bahia de Lourenço Marques. Além do que é necessario á vida, como cereaes, fructas, viandas, aves e pescado, abundando todos estes artigos, quando explorados, para sustentar uma população dez vezes maior, e ainda exportar: tem vastas florestas, ricas de madeiras de construção, e povoadas de elephantes; nos seus mares apparece um sem numero de baleias; possui minas de ouro, jazigos de carvão, etc. Já se vê, pois, a importancia d'este paiz, e por isso tão cubido. As descrições do dr. Livingston fazem sentir o seu valor, sobretudo das margens do Zambeze, e a ponto de provocarem grande enthusiasmo na sociedade geographica de Londres, onde se considera o rio Zambeze como o unico meio de pôr em communicação o interior da Africa meridional com o seu litoral oriental.

O abade Favá, vigário geral do bispado da Réunion, pretende, com a aquiescencia do summo pontifice, conforme foi communicado pelo cardeal Barnabo, encarregado da santa propaganda, estabelecer nas nossas possessões da Africa oriental missões catholicas para pregarem aos gentios os dogmas da nossa santa religião. Não me parece que devamos ceder o passo em tão louvavel empenho; mas será injustificavel a recusa, se quanto antes não organizarmos as nossas missões para levarmos a fé entre as populações pagãs da costa oriental.

O commercio na referida provincia consiste em marfim, cera, urzella e gergelim; é d'elle que vem o principal rendimento proveniente dos direitos das alfandegas, o qual, segundo o ultimo orçamento, subiu a 75:000\$000 réis. Desde maio do anno findo até setembro tinham entrado na alfandega de Moçambique 3:581 arrobas de marfim, cujo preço andava entre 26\$000 e 43\$000 réis cada uma. É de esperar que continue em progresso ascendente, se o socego publico não for alterado. Ainda assim o deficit para o anno de 1860 a 1861 é de 55:035\$885 réis fortes, pois que a despesa com os seis districtos militares—Moçambique, Zambesia, que comprehendem Quilimane e Tete, Sofala, Inhambane, Lourenço Marques, e ilhas de cabo Delgado—absorvem avultadas quantias.

A força naval ali estacionada consiste nos briganes *Villa Flor* e *D. João de Castro*, e a escuna *Angra*, insufficiente sem duvida para as communicações entre tão distantes districtos, e para o cruzeiro.

Para poder florescer esta provincia é mister que se cultivem tantas terras férteis e ricas em productos valiosos, e que se dirija com habilidade o commercio dos sertões, onde se resgata o marfim e o ouro.

Dir-se ha depois de lida esta resumida descrição —mas que tem feito a actual administração para remediar os males que aponta?

Realizou o pensamento, antes concebido, mandando a fragata *D. Fernando* com a colonia militar-agricola, a qual partiu no dia 2 de julho do anno proximo passado para Moçambique, com o fim da dita colonia se estabelecer em sítio apropriado nas margens do Zambesia, e para esse effeito levou quanto era necessario, a saber: dinheiro, instrumentos agrarios, materias para officinas, sementes, medicamentos, etc.; para o que se levantaram réis 40:000\$000, com autorisação das cortes, e da applicação d'essa somma vos darei conta n'esta sessão. O pequeno vapor de ferro, que se construiu para a navegação no Zambeze, não foi com a colonia, porque então ainda não tinha vindo de Inglaterra, e agora espera-se occasião opportuna para ir ao seu destino; posto que se desarma é muito difficiloso o seu transporte. A mesma fragata conduziu para a capital da provincia dinheiro, tropa e material de guerra.

Será forçoso, porém, confessar que aquella, ou outra qualquer colonia agricola, em quanto se não desenvolve, o que leva annos, é indispensavel supporta-la com meios e gente, de contrario será despesa em pura perda, tanto em dinheiro, como em homens.

Tem-se instado para que fosse examinado e sondado o rio Luabo, e que na sua foz se levantasse um forte. É de absoluta necessidade que para aquella provincia seja mandado um ou mais officiaes de engenharia, o que tem sido uma difficuldade a vencer; porém, se não houver quem se preste voluntariamente, deverá ser nomeado.

Para fazer face ás despesas superiores á força do cofre da provincia, e evitar o augmento do deficit, tem sido soccorrido com o subsidio de 42:000\$000 réis annuaes, e convem que continue até melhorarem as circumstancias da provincia. Com actividade se prepara o vapor de guerra *Maria Anna*, a fim de partir na proxima monção para a estação de Moçambique.

Faz-se toda a diligencia para se encontrar um sacerdote digno a todos os respeito, a fim de ser prelado n'aquella provincia, e o qual, acompanhado de alguns ecclesiasticos morigerados e instruidos, possa ali dar vida, organização e exemplo ao clero, bem como estabelecer as instituições que d'elle dependem. Vós bem concebeis a difficuldade que ha em conseguir que individuos em taes circumstancias se prestem a ir para paizes tão longinquo e insalubres. O governo pensa em ver como convem organizar as congregações para as missões.

Para melhorar a qualidade dos empregados é preciso retribuil-os com mais avantajados vencimentos, a não ser assim não ha quem queira ariscar a sua vida e expatriar-se por mesquinho ordenado. Isto porém depende, assim como outras medidas safatares, de haver sufficiente dinheiro, como acima disse; sem elle não se dá um passo.

Outras providencias administrativas e economicas o governo tem tomado acerca d'esta provincia, co-

mo mostram as portarias que as publicaram, e algumas o foram em decretos, os quaes adiante se mencionam.

A provincia de Angola pela sua posição geographica e por suas produções, que sustentam com a metropole um commercio importante, é para nós um paiz de maior valia do que o de Moçambique; todas as condições que n'elle se dão reclamam da nossa parte a maior solicitude.

Os territorios de Angola e Benguella têm cento e setenta leguas nauticas de norte a sul, e umas cem leguas de leste a oeste. Os seus productos commerciaes são mui variados e susceptiveis de um grande desenvolvimento, predominando entre elles, o algodão, o anil, o assucar, o arroz, o café, a urzella, etc. O seu movimento commercial de importação e exportação computa-se em 2.000:000\$000 réis, apesar de se considerar sem vigor por falta de facilidades e promptas communicações entre o litoral e o interior. Achando-se esta provincia em estado de transição, não admira que caminhe lentamente e a custo no progresso de seus melhoramentos. É conhecido que a abolição do trafico da escravatura, odioso commercio que durava havia mais de dois seculos, desorientou os capitães que n'elle se empregavam, e que davam um falso brilho áquella provincia. Esses capitães pela maior parte retiraram-se d'ali, e os que ficaram, desenganados de que o governo portuguez hostilizava sinceramente e por todos os meios ao seu alcance aquelle infame trafico, voltaram as suas vistas para o commercio licito; o marfim, a cera, as gomas, a urzella, o enxofre, o salitre mereceram a sua attenção, e d'ahi vem o empenho que já se patentea em se cultivar o café, o algodão, a cana de assucar, e o tabaco. Os commerciantes, porém, queixam-se dos estorvos que encontram nas difficuldades que offerecem as communicações interiores para os transportes, estorvos que se tornaram mais sensiveis pela completa emancipação dos pretos, os quaes se recusam a carregar. Injustas são porém as arguições que fazem ao actual gabinete pela incuria e abandono em que deixa aquella possessão. O governo não impaciente com os seus accusadores, reconhecendo a necessidade de dar á provincia de Angola os meios de ter communicações por uma conveniente viação publica, foi uma das primeiras medidas que apresentou na presente legislatura, a da proposta de vias ferreas, em que tomou a iniciativa para aquella provincia. A commissão de fazenda, porém vendo o pesado encargo que a realisação d'essa empresa trazia á metropole, e com o qual não podia, deliberou-se a dar o seu parecer para quando o problema do nosso estado financeiro estivesse resolvido. É bom de dizer, applicam-se réis 1.000:000\$000 para as estradas de Angola! Ainda, porém, quando se podesse levantar essa somma para aquelle fim, as requeridas estradas tarde se levariam a cabo, porque os braços que as hão de fazer se recusam ao trabalho.

Os pretos, segundo diz o governador geral, permanecem na sua inveterada indolencia. O estímulo da paga prompta e rasavel do preço das conduções pouco ou nada ha influido n'elles. Considerando o augmento do tributo do dizimo como remissão de todo o trabalho, a nenhum querem sujeitar-se. Não tem faltado quem os fortifique n'esta deplorable intelligencia das beneficencias disposições do decreto de 3 de novembro de 1856. São homens de maus instinctos ou miseraveis especuladores os que os rudem a isto, fiados nos donativos com que os rudem pretos pagam tão perdidos conselhos. Sobre elles deve recair o estygmia de fautores da ruina dos interesses mais vitais do paiz. É preciso pois deixar á boa vontade de quem governa o tempo necessario para providenciar dentro dos limites do possivel, na certeza de que ninguém é mais empenhado do que elle na sua reputação e no bem da nação, e portanto em que tudo que está debaixo da sua administração melhora e prospera; é forçoso saber esperar, e quando a occasião chegue, o governo a aproveitar de accordo com os corpos colegislativos. No entanto o gabinete tem dado provas de que não abandona Angola; a administração d'esta provincia está confiada a um funcionario honrado, energico e muito intelligente, e, apesar d'estas qualidades, elle se tem visto pela força dos acontecimentos em apuradas circumstancias financeiras, sendo obrigado a lançar mão de meios irregulares para fazer face ás despesas, e evitar algum grande transtorno na ordem publica. O governo acudiu de prompto a este estado, tomando sobre si o pagamento do dinheiro tirado do cofre dos defunctos e ausentes, e destinando 50:000\$000 réis, havidos do saldo do estabelecimento de Macau, para resgatar os assignados (papeis sem garantia), que de novo circulavam. Espera o governo, que, com a cobrança do imposto do dizimo, e com o desenvolvimento que vae tendo a agricultura e o commercio, não sendo obrigado a custosas expedições, como foi a do Mossamedes, Huila e a do Congo, poderá fazer face ás despesas correntes. Todavia, se não se levar a effeito a empresa das vias ferreas, seja pelo systema americano, ou por outro qualquer, o que dará um mais prompto e effizaz resultado do que as estradas ordinarias, então é indispensavel fazer-se um esforço para se principiarem a abrir os caminhos de primeira necessidade, e dotar o rio Quanza com um pequeno vapor de ferro, á simillhança do que se construiu para o Zambese, tendo-se já exigido do governo geral que indique as proporções que deve ter essa embarcação. O deficit do cofre da referida provincia, com relação ao anno de 1860 a 1861, é de 104:325\$141 réis, moeda fraca.

Os navios de guerra ali estacionados são: o brigue *Pedro Nunes*, o brigue *Carvalho*, e a escuna *Cabo Verde*. É por certo uma força insufficiente para o serviço que lhe está commettido, o que provém da nossa apoucada marinha, cujas necessidades imperiosamente pedem o seu augmento.

A colonia de Mossamedes tem prosperado de uma maneira admiravel, o que é por certo devido em parte ao seu excellente clima. É para lamentar que portuguezes, a quem a cubica leva para o Brazil, não se prestem a encaminhar-se para aquelle ponto, onde encontraríamos uma sorte muito melhor. A colonia de Huila tambem não vae mal, supposto que ali se applicam mais ao commercio do que á agricultura.

Quanto á expedição do Congo carece de participações officiaes.

As condições hygienicas de Benguella tem melhorado.

O governo actual tem enviado para Angola gente, dinheiro e uma das nossas melhores embarcações de guerra, mandou amodar em cobre alguns contos de réis, qualidade de moeda ali muito precisa para a circulação, e parte já foi no ultimo paquete. Propoz a Sua Magestade para bispo eleito um ecclesiastico virtuoso, instruido, eminente em dedicacão pelo serviço da igreja; espera confirmacão do summo pontifice para se apresentar na sua diocese: ajudado como ha de ser pelo governo, conto que será um poderoso auxilio para aquelle paiz com relação á religião, moralidade e instrucção. Varias medidas de melhor organização se tomaram, como vereis dos decretos que hora vos são presentes.

Segue-se na categoria das nossas possessões de Africa o archipelago de Cabo Verde, o qual comprehendendo dez ilhas e dois dependentes do respectivo governo no continente da Guiné, a praça de S. José de Bissau, e a casa forte de Cacheu, com as povoações e terrenos que lhes são adjacentes. A extensão das ilhas é computada em 1:225 milhas quadradas, das quaes uma grande parte está

inculta ou mal aproveitada. Na Guiné será o nosso territorio de 16 a 18 milhas quadradas. O solo d'estas ilhas é muito variado, assim como o clima; é preciso accommodar a cada uma d'ellas a cultura que lhe é propria e attennar, quanto possivel, o effeito da acção constante do sol dos tropicos por meio de vastos arvoredos; sobre este ponto tem dado o governo ordens as mais terminantes, podendo applicar-se para esse effeito uma parte do dinheiro destinado a obras publicas. As suas produções espontaneas ou cultivadas são importantes; o sal e a urzella são dois dos mais valiosos objectos da sua exportação, assim como o café. A cultura da purgueira, julgada como uma das causas da prosperidade d'esta provincia, tem continuado em augmento, sobre tudo na ilha Brava, onde no mez de março do anno proximo findo se plantaram 57:000 estacas d'aquella precioso arbusto em terrenos publicos, afóra as plantações nos particulaes. Muitos outros generos de muito boa qualidade produzem as ilhas de Cabo Verde, taes como, o algodão, o anil, o tabaco, etc. A maior parte d'estas ilhas são muito abundantes em cereaes. Do que acabo de dizer, extraindo da melhor estatística, se conhece a importancia d'esta provincia, susceptivel de grande desenvolvimento, e longe de ser pesada á metropole, ella lhe poderá prestar uteis serviços ao seu commercio, e no emprego de gente. Um emprehendedor allemão, apresentado ao governo como agente de uma companhia que pretende empregar capitães na agricultura em Cabo Verde, foi recommendado ao respectivo governador geral para lhe facultar o exame dos terrenos que elle quer explorar, especificando as condições com que os pretende, a fim de se tomar na consideração que merecer a sua proposta, havidas as competentes informações. Estão porém as referidas ilhas sujeitas a uma eventualidade da qual depende o seu bem estar; se em uma epocha determinada do anno vem a chuva, ha abundancia; se falta, segue-se a escassez e muitas vezes a fome. A este respeito já o governo de accordo com as cortes tem tomado medidas preventivas, como se vê da carta de lei de 16 de abril proximo passado. Além da molestia que chamam *carneirada*, é este paiz sujeito a epidemias, cujo flagello por vezes o tem assolado; n'este caso é preciso tomar providencias extraordinarias. Todavia convem melhorar as suas condições hygienicas, e para isso contribuirá a arborisação, o esgotamento dos paues ou pantanos, e a alimentação da classe miseravel. Nos mares que banham as costas do Archipelago se tem descoberto recentemente o coral precioso, á pesca do qual os hespanhoes deram o exemplo. A agricultura na Guiné limita-se ao arroz, pouco susceptivel de melhorar, e a nossa colonia ali nunca virá a ser rural, mas sim uma feitoria de commercio, um pouco abalada pela introducção dos inglezes em Bolama, cuja posse nós disputamos, considerando autoridade intrusa aquella que os inglezes á força ali estabeleceram. Esta questio já foi encetada diplomaticamente, e o governo não desistirá de proseguir n'ella com todo o empenho, certo de que a razão está da nossa parte, e porque da sua favoravel solução depende a das nossas possessões da Guiné, tão ricas em madeiras de construção. Ultimamente o governo mandou para Cabo Verde um palhaborne armado, construido expressamente para navegar na Guiné.

A administração de Cabo Verde, confiada a um governador honrado e energico, caminha regularmente, e supposto apresente no orçamento de 1860 a 1861 um deficit de 21:780\$250 réis, este provém de se considerar o estado completo dos quadros; mas attendendo-se somente ao effectivo, a importancia das vagaturas dá não só para attenuar aquelle deficit, mas junta a dita importancia ao imposto dos 3% *ad valorem*, cobrado nas alfandegas, tem ella servido para levar a effeito as obras publicas, sendo algumas de bastante valor, taes como, a construcção do cães no porto da Praia, a conclusão dos pagos do conselho n'essa cidade, varias estradas de reconhecida utilidade, a construcção entre mãos de um espacoso edificio para alfandega na ilha de S. Vicente, a continuacão da igreja, projectado-se igualmente um quartel, cadeia, hospital, etc. O emprego de um maior capital em obras publicas, além da vantagem que d'ellas se tira para as commodidades e bem estar dos povos, tem a utilidade de dar que fazer a muita gente que não sabe como adquirir a subsistencia. É de esperar que com o tempo e as diligencias das autoridades se consiga vencer a repugnancia que mostram os proletarios de irem de umas para outras ilhas procurar o trabalho.

A instrucção não está ali devidamente organizada, no entanto tem-se facilitado a vinda de alguns alumnos subsidiados pelo estado para os estabelecimentos da metropole. A difficuldade para o ensino se organiza está na falta de professores. Depois que for o prelado com os ecclesiasticos que o acompanharem, a par de outras medidas, espero que se poderá constituir um lyceu. A corporação ecclesiastica na provincia está deploravel, tanto na quantidade, como na qualidade em geral; para sair d'este estado o governo propoz a Sua Magestade para bispo eleito um dos mais acreditados ecclesiasticos do continente; aguarda a confirmacão do summo pontifice para ir ao seu destino. Estabelecida na provincia muito espero das suas luzes e dedicacão, certo de que tudo o que diz respeito ao serviço da igreja tomará, a bem da religião, uma nova feição em proveito igualmente da instrucção e moralidade. Na parte militar mandou-se um official superior para commandar o batalhão, bem assim foram os officiaes e officiaes inferiores requisitados pelo governador, para melhor organização e disciplina da tropa. Tendo fallecido o governador de Guiné, foi mandado substituir por um major do corpo de estado maior do exercito devidamente habilitado. Para fazer tender o trabalho dos habitantes para a pesca, a qual pôde servir de um immenso recurso n'uma crise alimenticia, o governo mandou contratar pescadores em Lisboa para darem direcção e ensino aos que em Cabo Verde se dedicassem a esta industria, e os quaes já partiram no palhaborne *Bissau*, levando as competentes redes.

Todas as mais medidas tomadas pelo actual ministério em relação a esta provincia, constam das pocas officiaes já publicadas.

Possuimos ainda mais na Africa a provincia de S. Thomé e Príncipe; as vicissitudes por que tem passado as duas ilhas que a constituem não é para aqui historia-las, o que se sabe modernamente é que desde 1822 estiveram por espaço de vinte annos em completo abandono e miseria, e que somente em 1843 mereceram a attenção do governo, e se tomaram d'ahi em diante a seu favor medidas uteis, que as puzeram no caminho dos melhoramentos. A ilha de S. Thomé começa ao sul no ilhéu das Rolas, sobre o qual passa a equador, e acaba ao norte na Pontafigo em altura de 30' N., tendo 6 leguas na parte mais larga de leste a oeste. A ilha do Príncipe começa ao sul no ilhéu Carogo em 1° e 30' N. e acaba ao N. na ponta do Capitão em 1° e 42' N., tendo 8 milhas na sua maior largura de leste a oeste. Do governo d'estas ilhas depende o forte portuguez de S. João Baptista de Ajuda. O solo de S. Thomé é um dos torres mais fecundos do mundo, que nunca levam nem carecem de estrumes, banhado de copiosas ribeiras, asombrado de frondosos arvoredos, e na posição mais invejavel para n'elle acilarem todas as preciosas plantas equatorias, além d'aquellas, que ali tambem tem provado; faltam-lhe porém para as grandes empresas rurais, braços e cabedais, assim o diz um historiador das nossas

possessões, e eu acrescentarei: falta-lhe igualmente uma boa administração e moralidade. Os assuacares fizeram antigamente a riqueza das ilhas de S. Thomé e Príncipe, porém os grandes proprietarios passaram ao Brazil com os seus cabedais, e hoje a sua principal exportação é o café, que não cede em qualidade ao de Moka, e o cacau, além das matalotagens. A ilha do Príncipe abunda em madeiras, que com utilidade se podem empregar nas construcções navaes e terrestres.

Durante o curto espaço de dez mezes, o actual ministério alguma cousa tem feito em proveito d'esta provincia: a medida que tem por fim regular a venda das roças pertencentes ao estado deve produzir beneficos effectos para o incremento da agricultura, e a substituição da moeda fraca igualando-a á do reino, cuja operação se trata de effectuar, é uma providencia de grande alcance para evitar uma crise monetaria, não se conhecendo ali outra unidade de dinheiro, que não seja a libra sterling (65000 réis provinciaes) curso forçado, e as moedas de cobre de 20, 40 e 80 réis, tão diminuta é a porção de moedas correntes de valores intermedios, que gira nos mercados; já se vê a influencia que isto deve ter sobre o commercio. Outras medidas de menor importancia se tomaram.

O governo pensa seriamente em desvanecer a opposição que se tem feito, a que para aquella provincia possam ser transportados pretos libertos obtidos das outras nossas provincias africanas, cuja acquisição é tão essencial para o progresso da cultura, pois que a casta branca não pôde tolerar o trabalho debaixo de um clima tão ardente e doentio. Quanto á administração não basta que o chefe superior tenha em si boas condições para governar, é mister tambem que os empregados seus subordinados sejam homens honestos e zelosos do serviço; o governo precisa ser scrupuloso na sua nomeação, a fim de ver se consegue não só a boa marcha do serviço nos diferentes ramos, mas se acaba com as intrigas, desintelligencias, e espirito faccioso, que desde ha muito é predominante n'aquella provincia; difficil é porém a escolha, enquanto a retribuição não for condigna. Organizado o clero, seja ficando dependente do diocesano de Angola, seja creando-se para ali um prelado, como houvera outrora, as consequencias serão proficuas, assim o acreditamos com relação á religião e á moralidade. O deficit do cofre da provincia, segundo o orçamento de 1860 a 1861 não é importante, pois não passa de réis 11:025\$755 moeda fraca, os quaes sendo attenuados pelas vagaturas occorrentes; e indo em progresso ascendente o rendimento das alfandegas não podem constituir a provincia em mau estado financeiro, principalmente attendendo-se a que pela liberdade da venda das roças do estado em pequenos lotes devem tambem crescer os seus rendimentos pelos direitos de transmissão. Está quasi prompta a nova embarcação, o palhaborne armado *S. Thomé*, que vae ser mandado para o serviço da provincia.

Diremos agora alguma coisa a respeito dos estados da India portugueza, theatro das nossas passadas gentilezas; elles ainda são vastos, e se não brilham pela sua influencia, são ricos de gloriosas recordações. Compreendem os ditos estados as velhas e novas Conquistas, e afóra estas os conchellos externos de Damão e Diu. As nossas possessões para o interior do Indostão chegam até 74° e 23' de longitude. Os generos principaes de exportação são: o arroz, sal, arceca, côco, pimenta redonda, salitre, canella do mallo, cairo em cabos e em rama, e algumas gomas, além de muitos outros artigos de classe secundaria. As suas rendas chegam actualmente para fazerem face ás despesas correntes; e supposto appareça um deficit no orçamento de 1860 a 1861 para o estado completo 23:524\$400 réis moeda forte, elle é muito attenuado com relação ao estado effectivo, graças á boa administração que tem tido e continua a ter pela boa direcção do honrado e intelligente governador geral. Este activo funcionario teve a fortuna de pôr termo ás agitações de Satari, ha mandito a melhor intelligencia com as autoridades da India ingleza, de quem tem recebido as provas da mais cordal deferencia, prestando-se mutuos serviços, e obtendo com o seu accordo que acabasse a pendencia havida com um régulo confinante á cerca dos limites de Diu, e construcção da casa *Panche-Verdi*, no isthmo de Gonzolá, assim como na do territorio adjacente ao forte de Simbos, que depende da jurisdição da praça a quatro ou cinco leguas d'ella na costa oriental de Guzarat, tendo-se alcançado estipulacões vantajosas. Tem o mesmo governador conseguido muitos melhoramentos, apreciados pelos estrangeiros que concorreram á solemne exposição do corpo de S. Francisco Xavier, a qual foi feita com toda a decencia e pompa; ella produziu um bom effeito mesmo sobre a consciencia de alguns indios.

A questio do padroado da India, que tanto nos inquietou, está felizmente terminada pela conclusão da concordata com a santa sé, e já Sua Magestade El-Rei nomeou um digno ecclesiastico, a todos os respeito, para archiepiscopo eleito, esperando a confirmacão do summo pontifice, a fim de partir para a sua diocese, e por certo elle estabelecerá a melhor ordem no serviço da igreja lusitana nos respectivos dominios. Uma obra importante está entre mãos, é a estrada real que desde Verem, em frente da cidade de Nova Goa, se dirige a Siquinavel, atravessando toda a provincia de Bardez e parte da de Richolim até ás fronteiras inglezas. Já terá sido levada a effeito uma exposição de industria n'aquelle paiz, que o governador geral projectava. Havendo a necessidade de se alterar as pautas nas alfandegas, o mesmo governador foi autorisado, ouvidas as estações competentes, para propor as alterações convenientes ensaiadas pela experiencia. Foi approvada a deliberacão tomada pelo governador geral de fazer passar para o seminario de Rachel o reitor e professores com os seminaristas de Choroão, continuando a serem subsidiados pelas rendas d'este ultimo, por ser este objecto de publica vantagem e de humanidade. Um grande melhoramento carece a barra e porto de Goa, o qual é inacessivel uma parte do anno á entrada dos navios; um engenheiro hydraulico será mandado para fazer o estudo e organamento dos trabalhos de que houver mister, e se levarão a effeito, se não fallarem os meios.

Em Damão tem sido tomado recentemente algumas medidas, a fim de combater a insalubridade, taes como o esgotamento de fossos com agua estagnada, entulhando-se pozos sem uso, limpando-se a cidade de ervas e arbustos de dez palmos de altura, e com o tempo se irão arrasando os edificios arruinados. A pauta da alfandega d'esta praça precisa mais do que nenhuma outra de ser alterada, o que feito com acerto muito contribuirá para augmentar as rendas, do que aquelle paiz muito necessita para os seus melhoramentos materiaes. A proposta do governador geral a tal respeito devidamente examinada resolverá este problema. O actual governador, official habil, queixa-se da falta de tropa, pois que os muros se prestam de má vontade ao serviço, circumstancia que já levou o referido governador geral a propor um augmento de força. O governo está organisando duas companhias de caçadores, que devem partir para aquelle ponto na primeira oportunidade. O governo inglez tem em construcção um caminho de ferro que toca em Vapi, aldeia que dista tres quartos de legua de Damão; seria de reconhecida vantagem ligar esta communicação com o estabelecimento por meio de uma boa estrada ordinaria. O governo trata de contratar um engenheiro condutor de trabalhos para a realisar. Tem sido en-

viada regularmente a prestação mensal de 250 libras para o acabamento da corveta *Damão*. Os grandes edificios da cidade necessitam de dispendiosos reparos. A provincia de Praganã Nagar Avely, onde existem as grandes matas, unico valor d'este paiz, precisa de muitos e custosos trabalhos preparatorios para se tornarem em verdadeira riqueza, por isso que não ha caminhos para conduzir as madeiras, sendo as matas quasi impenetraveis pelo mato que cresce no seu interior. As fortificações da praça de Diu, que tanto abrilhantam a nossa historia, têm sido amparadas pelas diligencias e esforços do seu actual governador, digno de ser elogiado. Para que, não desapareça esse documento comprovativo das nossas antigas glorias, é igualmente preciso que se lhe applicuem os meios de conservação.

O estabelecimento de Macau que chegou ao estado de uma decadencia assustadora, a ponto de não poder existir sem um forte auxilio da metropole, hoje tem sobejos rendimentos para viver o bem, o que é proveniente do maior desenvolvimento commercial que actualmente ali se dá, devido aos acontecimentos occorridos nos ultimos tempos no imperio da China. Todavia como esta situação florescente deriva de circumstancias eventuaes, que de um momento para outro podem variar, não se deve contar com a sua estabilidade. Para fortificar, quanto possivel, essa situação, o governo entendeu conveniente diligenciar o fazer um tratado de amizade, navegacão e commercio com o governo do referido imperio, para o que se deram plenos poderes ao governador de Macau, e este espregia a oportunidade de abrir taes relações. Este funcionario que tem mostrado muita intelligencia e zelo pelo bem do paiz, já ultimou com os reis de Sião um tratado n'aquelle sentido, que vos será apresentado pela repartição competente, e vae entabular identicas negociações com o Japão. Para o orçamento de 1860 a 1861 apresenta o cofre d'aquelle estabelecimento um saldo positivo de 88:168\$129 réis, além dos 50:000\$000 réis que foram transferidos para beneficio da provincia de Angola. A administração tem caminhado bem, porém os empregados queixam-se de que, havendo um saldo consideravel e sempre crescente, não se lhe augmentem os vencimentos, em vista da carestia do paiz. O governo parece-lhe justo que se tome alguma medida com relação aos pequenos ordenados. Tem estado em Macau o brigue *Mondego*, o qual com algumas lorchas armadas fazem o serviço n'aquelle ponto, perseguindo os piratas. A corveta *D. João I*, partiu para substituir o referido brigue, que ali está ha mais de tres annos, e logo que se possa render o vapor *Maria Anna*, destinado a Moçambique, pelo vapor *Lazarim*, aquelle irá para a Asia. A guarnição de Macau foi reforçada pela força que transportou o *Martinho de Mello*. Um vapor mercante de Macau, que havia sido apprehendido a pretexto de contrabandista, por effeito das diligencias e reclamações fundadas, conseguiu o governador que fosse restituído, e de novo arvorada a bandeira portugueza.

Finalmente temos ainda a considerar Solor e Timor, estas ilhas tão distantes, tão esquecidas por longo tempo, e tão merecedoras de serem melhor apreciadas. Quasi que nem d'ellas se sabia por falta de communicação com a metropole. N'esta parte operou-se uma notavel mudança, pois em agosto ultimo se realizou o contrato entre mr. de Vries e o nosso consul em Sorabaya, contrato que foi approved pelo governo, para que os vapores da linha das Molucas toquem em Dilly, mediante a subvencão mensal de 500 florins. As vantagens d'esto contrato são consideraveis, não só porque haverá regular correspondencia entre Portugal e aquella longinqua possessão, mas porque o commercio ha de tomar maior desenvolvimento, e d'ahi virá o augmento das receitas da alfandega. Estas ilhas vergam debaixo do peso da necessidade de meios, como quasi todas as outras nossas possessões; o deficit do seu cofre no orçamento de 1860 a 1861 é de 10:385\$640 réis. O governo actual augmentou o subsidio de 800 patacas por mez a 1:000. A força militar é tão diminuta que não passa de um batalhão de 123 praças de fihia, e de tres companhias irregulares, chamadas de moradores, que poderão apresentar 300 homens para guerra, mas em tempo de paz não excedem a 100, e fazem serviço não recebendo paga. Pelo transporte *Martinho de Mello* se lhe mandou um pequeno reforço, não sendo maior porque é preciso meios para lhes pagar. Aquella minguada força está entregue a defesa da praça, a guarnição dos presidios na costa, e a obrigação de conter em respeito uma população que cerca a possessão, que é turbulenta e quasi selvagem, talvez de mais de 400:000 almas. Para conservar com descargo o dominio sobre aquelles povos não deve ali haver um corpo de tropa disciplinada menor de 600 praças, e uma ou duas pequenas embarcações de guerra: é necessario a seu tempo prover-se de remedio. Artilheria ha bastante, mas grande parte sem reparos; todavia as 16 bocas de fogo que tem em bateria com as que se mandaram no sobredito transporte, são sufficientes para guarnecer a praça. A administração está regular e methodica na sua escripturação, o que se deve ao precedente governador. As obras publicas e militares estão em mau estado; as fortalezas que defendem o porto não estão acabadas. Precisa-se edificar e reparar, pois falta, um paiol com segurança, igreja, prisão, casa do governador, etc. As obras do quartel e casa para os officiaes, começadas pelo governador antecedente, estão em andamento. O que se mostra é a necessidade de muitos meios. A companhia commercial de Timor está em muito bom estado: em outubro ultimo tinha em dinheiro e valores 21:317,27 rupias; o dividendo dos lucros fora de 8 %, e se se empregassem grossos capitães Dilly poderia em pouco mudar completamente de aspecto. A receita da alfandega, calculada pela média dos tres annos ultimos, chega a 15:033 rupias. O governo espera bom serviço do zelo e intelligencia do novo governador.

No intervallo das sessões legislativas foi mister, ao abrigo da autorisação do artigo 15.º § 1.º do acto adicional á carta constitucional da monarchia, promulgar algumas medidas, que se julgaram urgentes a bem da administração das provincias ultramarinas. Os respectivos decretos de que deveis ter conhecimento, e acompanham este relatório, são os seguintes:

O decreto de 8 de julho de 1859 teve por fim organizar as repartições da fazenda do districto de Mossamedes e Ambriz; o que era necessario para a conveniente gerencia e fiscalisação da fazenda publica n'aquelles districtos.

O decreto de 4 de agosto de 1859 tratou de legalisar a providencia tomada pelo governador geral de Moçambique, commettendo ao juiz de direito da respectiva comarca o conhecimento e decisão das causas sobre coimas e policia municipal, que fossem promovidas no concelho de Moçambique, providencia reclamada com urgencia pela mesma comarca, por grande delonga que soffria o julgamento d'aquellas causas sendo processadas pelo juiz eleito, e a necessidade de prover á immediata execução das posturas municipaes.

O decreto de 31 de agosto de 1859 approvou os regulamentos da alfandega de Ambriz na provincia de Angola, medida exigida como necessaria e prompta, pelo movimento commercial que já existe n'aquelle ponto.

O decreto de 8 de setembro de 1859 providenciou sobre a arrecadação das multas judiciais nos

NOTÍCIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO	
Receta da alfandega de 1 a 22 de fevereiro	113.622.4869
Idem do dia 23	4.595.285
Idem do dia 24	10.708.3290
	128.926.5884

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 23	
MANIFESTADO PARA DEPÓSITO	Pipas Alm. Can.
Vinho	23 - -
DESPACHADO PARA CONSUMO	
No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho maduro	8 19 -
Dito verde	- 18 6
Geropiga	1 - 4
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
Vinho	Pipas Alm. Can.
	41 15 4

Fevereiro, 24	
MANIFESTADO PARA DEPÓSITO	Pipas Alm. Can.
Vinho	166 16 7
Aguardente	40 - -
DESPACHADO PARA CONSUMO	
No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho maduro	25 14 10
Dito verde	4 6 6
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
Vinho	Pipas Alm. Can.
	440 3 8

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 26 de fevereiro de 1880

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 14 horas, com diversas fazendas a G. A. Hancock & C.; 31 pessoas de tripulação, 2 malas e 151 passageiros.

S. Pierre, brigue francez, capitão J. Lahnee, de Bonne em 32 dias, com trigo, a ordens; 6 pessoas de tripulação.

Tordenskiold, escuna dinamarqueza, capitão H. L. Udype, de Srentburg em 19 dias, com trigo a J. R. Blanco; 7 pessoas de tripulação.

Gloria, brigue sardo, capitão A. Pitto, de Genova em 48 dias, e de Cagliari em 21, com trigo a D. M. Peres; 10 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Frithiof, brigue dinamarqueza, capitão J. Petersen, para Setubal e Copenhagen, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Admiral Kannaris, vapor inglez, capitão J. Wiggins, para Malta, Constantinopla e Mar Negro, com assucar, café e fazendas; 30 pessoas de tripulação, e 1 passageira, que é Miss Butt, ingleza.

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Visconde de Athouga, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, da ilha da Madeira em 3 dias, com encomendas a P. Olive & Comp.; 27 pessoas de tripulação, 2 malas e 24 passageiros.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, de Setubal em 24 horas, com vinho e aguardente; 7 pessoas de tripulação.

Ligeiro, brigue portuguez, capitão L. A. dos Santos, do Pará em 36 dias, com cacau, arroz e mais generos, a J. J. das Neves; 14 pessoas de tripulação, 1 mala e 5 passageiros que são: Antonio José Borges, commerciante; José Joaquim, artista; Joaquim da Rocha, Joaquim Bernardo, trabalhadores; Anna Maria da Conceição, portuguezas.

Vigilante, patacho portuguez, capitão A. C. Morgado, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 40 dias, com semente de puerquia e urzella, a viuva de J. B. Burnay; 10 pessoas de tripulação, 1 mala, e 2 passageiros, que são: Hermenegildo Antonio Bastos, negociante; Maria da Conceição Ferreira, portuguezas.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. M. da Trindade, da ilha de S. Miguel em 18 dias, com barro e encomendas, ao mesmo mestre; 10 pessoas de tripulação e 1 mala.

Paraense, barca portugueza, capitão A. J. da Rocha, do Pará em 42 dias, com arroz e mais generos, a J. A. Vidal; 16 pessoas de tripulação, 1 mala e 23 passageiros, que são: Antonio da Motta Marques, com 9 pessoas de familia; João Gonçalves Correia, Manuel da Silva Vidinha, Joaquim José Nogueira, Augusto José da Motta, commerciante; José Pereira da Silva, Antonio Pereira de Mattos, Domingos Soares Ferreira, artistas; Antonio José Domingos, João Gomes Correia, Francisco Antonio Agostinho, Antonio Marques, João Ferreira de Magalhães, trabalhadores; portuguezas: Antonio Carvalho, trabalhador; hespanhol.

Boa Fé, patacho portuguez, capitão J. J. Cactano, do Maranhão em 35 dias, com assucar e mais generos, a M. R. Lima; 11 pessoas de tripulação, 1 mala e 11 passageiros, que são: Anna Maria Torres com 1 menor, portugueza; Pedro Nunes Leal com 5 pessoas de familia, proprietario; Antonio Inocente dos Reis, Horacio Leal de Carvalho Reis, Fabio Nunes Leal, estudantes brasileiros.

Senhora da Gloria, chique portuguez, mestre J. Fernandes, para Cezimbra com sal; 9 pessoas de tripulação.

Erminia, escuna ingleza. Pertence á associação denominada Royal Yacht Squadron.

Paquete de Aveiro, hiate portuguez, mestre J. C. Freire, para o Porto com azeite, tabaco e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: João Thomaz Ramos, Antonio Francisco dos Santos, André Romão Calvo Garcia, Herclano do Pinho Brandão, marítimos portuguezes.

Tres Amigos, palhato portuguez, capitão A. B. Cabral, para a ilha de Santa Maria com pedra de cal e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é Luiz Antonio Marques Pereira, negociante portuguez.

Graveiro 2.º, hiate portuguez, mestre D. B. Soutinho, para o Porto com trigo, vidro e pedra de cal; 8 pessoas de tripulação.

Woo: waarts, galeota hollandesa, capitão J. Vink, para Setubal e Vlaardingen com sal; 8 pessoas de tripulação.

Royalstun, patacho americano, capitão C. M. Benson, para Sines em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Neptun, barca dinamarqueza, capitão I. F. Toosbun, para Valparaíso com varios generos; 16 pessoas de tripulação, e 10 passageiros, que são: E. Heyeser, C. Alsbahs, sem empregos; M. Becker, com 2 filhas, A. Dreckmann, F. Len, M. Schweder, H. Klappera, com 1 filha, dinamarquezas.

Flor do Funchal, patacho portuguez, capitão J. L. Pereira, para a ilha da Madeira, e Demerara com sal, cebolla, e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, chique portuguez, mestre L. de Carvalho, para Peniche com sal; 8 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto com fazendas; 31 pessoas de tripulação, e 39 passageiros.

D. Pedro, paquete inglez a vapor, capitão W.

estados da India, mandando pôr em execução nos mesmos estados o decreto de 24 de abril de 1847, em beneficio da fazenda publica.

O decreto de 10 de setembro de 1859, deu providencias sobre as medidas propostas pela junta da fazenda da provincia de Angola, em consequencia da dificuldade que encontrava de fazer registrar, como determina o artigo 26.º do regimento de 4 de dezembro de 1851, os papeis relativos ao producto liquido dos espolios dos defunctos e ausentes, quando aquelles eram remetidos para o reino; assim como sobre a conveniencia de lhe ser facultada a entrega d'aquelles espolios aos herdeiros devidamente habilitados. De tal forma se declararam os regimentos para a arrecadação e administração das heranças, bens e cadebas dos defunctos e ausentes das diversas provincias ultramarinas.

O decreto de 13 de outubro de 1859, regularizou o vencimento do official encarregado da administração das matas nacionaes nos estados da India, como uma medida justa e de equidade.

O decreto de 17 de outubro de 1859 fez a reforma das tabellas dos emolumentos das secretarias do governo geral, e dos governos subalternos da provincia de Angola; providenciando igualmente sobre a organização das mesmas secretarias, e deu o regulamento para os trabalhos da do governo geral, evitando-se por tal modo irregularidades prejudiciaes ao bom andamento do respectivo serviço.

O decreto de 25 de outubro de 1859 estabeleceram providencias semelhantes ás que em 1852 foram decretadas para a provincia de Moçambique, cujo objecto principal é retirar da circulação na provincia de S. Thomé e Príncipe a moeda fraca de cobre, que está quasi exclusivamente em giro, por quanto a de prata provincial é ali muito rara, não sendo contido a de cobre ainda sufficiente para as necessidades d'aquella provincia, cuja industria agricola e o commercio tem tido modernamente sensível desenvolvimento. É obvia a conveniencia de igualar a moeda nas provincias da Africa á do reino.

O decreto de 9 de dezembro de 1859 teve por objecto o melhorar a administração da justiça no districto judicial de Angola, por uma mais conveniente divisão do serviço das duas varas na comarca de Loanda, ficando a pertencer á primeira vara o ramo civil e orphanologico, e á segunda o crime e o commercial.

O decreto de 14 de dezembro de 1859 estatuiu que a obra indispensavel da cadeia civil da cidade da Praia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde fosse adicionada ao numero d'aquellas, que devem ser effectuadas pelo rendimento do imposto dos 3/100, aprovado pelo decreto de 20 de dezembro de 1858.

O decreto de 15 de dezembro de 1859, attendendo ao que fora representado pelo juiz de direito da comarca de S. Vento da provincia de Cabo Verde, creou mais um lugar de official de diligencias na referida comarca.

O decreto de 26 de dezembro de 1859 ordenou, como medida de reconhecida e immediata conveniencia, que a epocha da correição annual, estabelecida no artigo 10.º do decreto de 1 de outubro de 1856, fosse durante os mezes de fevereiro e abril para o julgado da Guiné.

O governo tencionava apresentar-vos, pelo ministério da marinha e ultramar, os seguintes projectos de lei, os quaes tendem a melhorar diversos ramos importantes do serviço do mesmo ministério:

- 1.º A reforma da escola naval.
- 2.º A reforma da lei penal e de processo para a armada.
- 3.º A reforma da lei do recrutamento.
- 4.º A criação de alumnos militares subsidiados para facultativos da armada e ultramar.
- 5.º Alteração nos quadros e vencimentos dos facultativos do ultramar.
- 6.º Nova tabella de vencimentos para os officiaes da armada.

Igualmente apresentará os orçamentos de 1860 a 1861 da receita e despesa das provincias ultramarinas, achando-se a regular actualmente os de 1854.

Entregando á vossa apreciação e benevolencia este relatório, n'elle não encontrareis bellezas de estylo, nem conceitos elevados, mas uma narração verdadeira e scripta na linguagem franca e singela, propria de um militar, e se ella não respira sciencia nem vastos conhecimentos patecia o zelo em empregado, e o estylo feito em curto espaço de tempo.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 23 de fevereiro de 1860.—*Adriano Maurício Guilherme Ferrer.*

Senhores:—Um encadeamento de circumstancias desgraçadas tem pesado sobre uma parte importante da monarchia portugueza.

A provincia da Madeira tem sido ha annos experimentada por terribes infortúnios; o seu commercio outrora florescente concorria com não pequenas sommas para engrossar os rendimentos da metropole; a sua vinicultura produzia um genero precioso, avidamente procurado em todos os mercados da Europa e da America. Hoje esse commercio definha, e a vinicultura, morta pelo *oídium tuckeri*, só apresenta ao lavrador a miséria e a fome, em troco do seu trabalho. Uma maldade de cultura ou a replantação da vinha, eis a unica taboa de salvação que lhe resta.

Qualquer d'estes dois expedientes demanda um numero addicional de braços; mas são estes que lhe rouba a lei do recrutamento, lei n'este caso sem motivo plausivel de ser, e inteiramente desnecessaria.

Portugal sustentou a guerra com o primeiro guerreiro do mundo, desde 1807 até 1815, chegou a contar debaixo das armas mais de cem mil homens, comprehendendo 1.º e 2.º linha, ordenanças, pés de castello, etc., e contido não pediu á Madeira um só soldado. Entendem e entendem bem, que não devia roubar os braços a uma cultura, productora de um genero precioso, ministrando largas exportações para toda a parte do mundo, recebendo valiosos retornos, e fornecendo o thesouro da metropole com muitos milhares de contos de reis, como é facil verificar pelas contas d'aquella epocha.

Hoje que a Madeira foi experimentada por uma horrivel inundação em 1842; que se seguiu a isto a perda total e completa do seu unico genero de exportação, e que lhe servia de moeda com que fazia face a todas as suas necessidades; que foi dizimada pela cholera morbus, provando as estatisticas ter sido mais severa ali do que em parte alguma; depois de uma emigração espantosa, consequencia necessaria da successão de desgraças por que tem passado; é agora que a lei do recrutamento, com todos os seus vexames, vem ainda tornar mais precaria e mais desgraçada a sorte d'aquelles povos.

A emigração que hoje tem lugar em grande escala, sejam quaes forem os meios que se empreguem, não se pôde evitar. Quem é feliz não emigra; e debaixo de um governo que se diz livre, forçar o cidadão, que morre de fome, a exhalar o ultimo suspiro, abraçado com a terra que o não pôde alimentar; quando, com a liberdade de fazer o que a lei não prohibe, pôde este mesmo cidadão procurar outras plagas, onde encontre o bem-estar e até a fortuna; é isto uma anomalia, e um absurdo tão palmar, que eu quizera ver desaparecer das ordens dadas ás autoridades locais a de difficul-tar e impedir por todos os meios a emigração.

Aos governos compete, ou tornar desnecessaria

essa emigração, melhorando por sabias medidas a sorte dos povos que lhes estão confiados; ou então regularizar essa mesma emigração de modo que se não dêem os escandalos e os horrores que ha annos a esta parte se tem dado, chegando até a ser denominada *escravatura branca*.

A lei do recrutamento na Madeira complica as suas difficuldades e redobra a sua desgraça. A mocidade dos campos tão util e tão necessaria tem mais uma razão para emigrar. Quando se vae aproximando a idade sobre a qual recae o tributo de sangue, abandona o torrão em que nasceu, fugindo assim a dois grandes males, o da fome, e o do recrutamento.

D'esta sorte é quasi impossivel preencher qualquer das duas indicações que apresentei, ou *mudar de cultura ou replantar a vinha*.

A Madeira continuará ir a não dar para a sua despesa, a sua população irá todos os dias em espantosa diminuição, os habitantes que lhe restarem serão miseros espectros, vagando por entre aquellos rochedos, e em vez de *Flor do Oceano*, como era d'antes denominada, chamar-se-ha de ora em diante *Sepulchro do Oceano*.

A suspensão temporaria da lei do recrutamento é, a meu ver, um dos meios que por sem duvida poderá atenuar este estado de cousas, e é levado d'esta convicção, senhores, que tenho a honra de vos propor o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É suspensa por tempo de dez annos a lei do recrutamento nas ilhas da Madeira e Porto Santo.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, 24 de fevereiro de 1860.—*Luiz Vicente d'Afonseca*, deputado pelo circulo do Funchal.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra—No dia 28 do corrente deviam ser julgados n'esta cidade, segundo diz o *Braz Tisana*, em audiencia de jurados pelo crime de moeda falsa os réus Abilio Simões da Cunha Moraes, fundador, natural dos Açores, concelho da Mealhada; Joaquim Dias da Conceição, alfaiate, de Coimbra; Possidônio da Silva Alves Brandão, escultor, de Coimbra; Antonio Vieira, serralleiro, de Villa Real; José Fernandes, serralleiro, de Sandomil; padre, Francisco Pedro Arnaut, do Sobral, concelho de Penella; Ignacio Pedro Arnaut, proprietario, da mesma naturalidade; Guilhermina da Conceição, costureira, de Coimbra; Modesto Antonio, serralleiro, de Aveiro; José dos Santos, vulgo o soldado, pedreiro dos Carvalhaes, d'este concelho. Já tinham fallecido na cadeia 2 presos d'este crime. As testemunhas são 96, e como os seus depoimentos não de ser escriptos, deve a sessão do tribunal durar alguns dias. São julgados pela nova lei de moeda falsa.

Porto—Tratando da ultima representação dada por madame Ristori n'esta cidade, escreve o *Porto e Carta* o seguinte:

«Hontem deu a famosa Ristori a sua ultima representação n'esta cidade com a tragedia de Silvio Pellico, *Francesca di Rimini*; e a scena, os ultimos momentos de Camões. N'uma e n'outra foi a grande Ristori; e o actor Majeroni, optimo actor, como sempre, na parte de Paulo na tragedia, foi admiravel, representando o cantor dos Lusitãos.

«No correr da representação da tragedia, e no fim d'ella, as chamadas a Ristori, foram muito repetidas, no meio de delirantes e entusiasticos bravos.

«Nuvens de ramos e coroas de flores voavam dos camarotes e plateia sobre o palco.

«Madame Ristori foi recebida, na sua primeira entrada em scena, com uma salva de applausos.

«Na scena, os ultimos momentos de Camões, a ovacão foi de um enthusiasmo frenetico.

«Majeroni foi repetidas vezes victorioso com prolongados bravos. No fim as chamadas foram sem conta, e aos ramos, que choviam sobre o palco, juntava-se uma nuvem cerrada de folhas de rosas, que tomava toda a boca da scena.

«Dos camarotes, onde todas as senhoras estavam de pé, e da plateia, agitavam-se centenas de lenços, no meio de retumbantes bravos. Majeroni teve tambem tres chamadas especiaes.

«N'uma das vezes, que madame Ristori foi chamada á scena, o sr. Pinheiro Caldas recitou de um camarote uma bella poesia, em verso heroico, que o publico applaudia a cada verso, e victorioso no fim com palmas e bravos que não tinham fim.

«N'um dos intervallos espalhou-se tambem uma bonita poesia lyrica, impressa, da qual foram offerecidos alguns exemplares, impressos em setim, a madame Ristori. No atrio do theatro, adornado com flores, tocou constantemente uma banda de musica. No palco, e no salão do espectáculo, foi a iluminação augmentada com lustres de muitos lustres.

«Depois do espectáculo, quando a grande tragica saiu, visivelmente commovida, foi victoriada com vivas do grande numero de cavalheiros que a esperavam, e que acompanharam a sua carruagem até ao hotel, indo muitos d'elles com tochas acesas, dando-lhe vivas por todo o caminho. A porta do hotel estava já postada a musica, quando a grande tragica se apeou da carruagem. Madame Ristori, entrando no hotel, veio á janella agradecer os vivas dos seus numerosos e entusiasticos admiradores, que depois dispersaram.

«E para se notar, que em todas as 17 representações, que Ristori deu no Porto, o theatro esteve sempre cheio a mais não caber.

«Adelaide Ristori deve conservar grata recordação da cidade, que recebeu o ultimo suspiro de Carlos Alberto.»

Valença—O carnaval n'esta villa resentiu-se, como em toda a parte, da mudança que os habitos civilisadores têm operado nos antigos folguedos. Tudo se passou em muita boa ordem. A *assembleia valenciana* deu o seu baile de costumes, que foi muito gostoso, e em que appareceram mascaras de muito gosto.

Moncorvo—Com o titulo *segurança provinciana* existe organizada nesta villa uma companhia que já dá um impulso muito proficuo ao commercio e navegação do Douro, feito entre a provincia de Trás os Montes e o Porto.

O *Jornal do Norte*, tratando d'este assumpto, escreve o seguinte:

«Ainda que o capital d'esta companhia é limitado, acha-se ella em um estado prospero. Alem do capital que tem em caixa n'aquella villa, estabelecem agencias n'esta cidade (Porto), na foz do Tua Sabor, e Barca d'Alva, nas quaes tem alguns fundos, assim como os tem na correspondencia de Lisboa, e em dividas activas, em penhores e em generos.

O dividendo que a direcção da companhia distribuiu relativo ao anno findo foi de 95000 réis por acção.

O estado actual da companhia é o seguinte:

ACTIVO

Em cofre e nas agencias	10.500.090
Devedores diversos	3.839.944
Penhores	1.964.535
Generos	125.000
	16.316.569

PASSIVO

Capital em janeiro de 1859	11.568.809
Dividendos a pagar	18.800
Ordenados a pagar	600.800
Credores diversos	23.025
Lucros e perdas	4.128.845
	16.316.569

Posto que pareça insignificante o fundo social, a existencia d'aquella companhia torna-se contido um facto de bastante significação, como garantia e favor ao commercio da provincia, e á perigosa navegação do Douro que lhes diz respeito. Tem ella tambem muito alcance economico, pelo saudavel exemplo que offerece a Trás os Montes, que tem jazido fóra do movimento social, tão necessario para as empresas, d'onde resultam os melhoramentos, quer geraes, quer locais. Oxalá utilize aquella provincia tão bom modelo, que em justa compensação da sua iniciativa progredirá em prosperidade.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 24 do corrente, e de Paris até 21.

Quando se esperava, em consequencia das ultimas noticias, que não continuassem as hostilidades em Marrocos, vemos pelo contrario que os hespanhoes se preparam para proseguir nas suas operações de guerra. O seguinte despacho telegraphico parece pelo menos confirmar isto.

Quartel general de Tetuão, 22 de fevereiro, ás onze horas da manhã.—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra.—Não occorre novidade.—Preparo-me para começar as operações apenas chegarem os camellos adquiridos em Oran, o que deve ter lugar de um para outro momento. Mandei aproximar a divisão vascongada.

Alem d'este despacho, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Paris, 20 de fevereiro.—Depois de uma luta de dois mezes, foi nomeado por 117 votos, presidente da camara de Washington, sir William Penington.

Roma, 29.—Recebeu-se um protesto de adhesão e fidelidade de vinte e cinco deputados ingleses catholicos.

O exercito revolucionario recebe reforços de Bolonha.

Afirmar-se que o archiduque Maximiliano enviou ao papa 2000 capotes (para soldados) e uma bateria.

Turin, 21.—Rosica substitue em Napoles o ministro da justiça, Galotti, que falleceu; Ajossa será nomeado ministro do interior.

A quantia mandada para Trieste a fim de continuar os alistamentos dos austriacos monta a 30.000 escudos.

Os soldados de Pianelli, presos por causas politicas foram mandados para as ilhas Tarigiana e Pantelleria.

Vienna, 21.—A *Gazeta Official* publica o decreto que confere aos judeus o direito de adquirirem propriedades, e concede-lhes alem de outras prerogativas, a de tomarem parte na administração das escolas.

Londres, 22.—Na camara dos commons, sir Polk perguntou se o governo francez communicou a lord Cowley que se a Italia central se annexar ao Piemonte a França terá de augmentar o seu territorio com a posse da Saboya. Lord John Russell adiou, para a semana proxima, a resposta a essa interpegação.

Lord Palmerston respondeu a sir Ball, que tanto o governo inglez como o francez podem propor uma modificação no tratado, como, supplemento, sem que por isso o governo a quem for feita esta proposta seja obrigado a accepta-la.

Diferentes oradores fizeram uso da palavra pró e contra uma emenda de sir Duncan, que rejeita a fórmula por que o ministro propõe que seja coberto o augmento do deficit.

Diz-se que a Austria, Prussia e Russia se pozem de accordo para que as suas respostas ás notas inglesas cheguem ao mesmo tempo a Paris e Londres. D'esta combinação se infere que existe hoje a melhor harmonia entre as tres cidades potencias.

Berlin, 22.—Parece que a Prussia e a Russia insistem pela conferencia das cinco grandes potencias, e que a Austria tambem opina por esta solução.

Marselha, 22.—De Florença dizem que a commissão eleitoral recommenda unicamente a annexação. Foi distribuida uma proclamação democratica de Guerrazzi, que é energeticamente combatida pelo jornal do governo *Nazione*.

O paiz espera ansioso pela solução de todas as questões.

AUSTRIA

As ultimas correspondencias de Vienna confirmam a noticia de que o governo austriaco brevemente dirigirá a todas as potencias europeas um *memorandum*, no qual expenderá as razões que o inibem de consentir no novo voto popular na Italia central. Tudo faz crer que a esta demonstração diplomatica se limitará a resistencia da Austria.

(Gazeta de Colonia.)

—Por decreto de 6 do corrente, o imperador da Austria nomeou governador de Veneza o cavalleiro Jorge de Toggenbourg, antigo ministro do commercio.

(Gazeta de Vienna.)

PRUSSIA

Um despacho telegraphico de Berlin, publicado pela *Independence Belge*, diz que a Prussia ainda não respondeu ás propostas inglesas, relativas á solução da questão italiana. A *Nova Gazeta da Prussia* confirma esta noticia, dizendo que essa potencia nem notificou a acceptação das propostas, nem tambem protestou contra a violação do principio da legitimidade.

—A *Gazeta Prussiana* publica o seguinte projecto de lei relativo á nova organização militar:

Artigo 1.º A formação da força allemã baseia-se na obrigação geral do serviço militar. Todos os prussianos, desde a idade de 17 annos até aos 49, são obrigados a defender a patria.

Art. 2.º A força armada compõe-se do exercito, da marinha e da *landsturm*.

Art. 3.º O exercito comprehende: 1.º, o exercito permanente; 2.º, a *landwehr*. A marinha comprehende: 1.º, a marinha; 2.º, a *landwehr* maritima. A *landsturm* compõe-se de todos os individuos que estão em serviço, sem todavia pertencerem ao exercito nem á marinha. A força do exercito e da marinha é sempre determinada segundo as necessidades do estado.

Art. 4.º O exercito e a marinha permanente estão sempre promptos para o serviço de guerra. Tanto um como outro são como escolas, nas quaes toda a nação se ensaia para tomar parte nas manobras da guerra.

Art. 5.º A obrigação do serviço no exercito e na marinha permanente, começa no dia 1.º de janeiro do anno em que o individuo obrigado ao serviço completa os seus vinte e um annos de idade. Ella dura oito annos, desde o dia em que tiver lugar a entrada efectiva para o serviço.

Durante esses oito annos, os soldados de cavallaria são obrigados, nos quatro primeiros annos, ao serviço militar não interrompido; os de infantaria, de artilheria, e da marinha, nos tres primeiros annos; os do trem, nos seis primeiros mezes. Durante o resto dos oito annos, elles pertencem á reserva e gozam de licença, em quanto não são chamados ao serviço para os exercicios annuaes, ou em consequencia de augmento ou de mobilização do exercito ou da esquadra. Cada soldado será chamado ao serviço unicamente duas vezes, em quanto se conservar no corpo de reserva, e uma só vez quando faga parte da cavallaria.

Art. 6.º A *landwehr* de terra e do mar deve prestar auxilio ao exercito e á marinha permanente. A *landwehr* só é empregada a principio em defeza da patria dentro das fronteiras; todavia reservamo-nos, em circumstancias urgentes, para a empregar mesmo na guerra fóra das fronteiras. A convocação da *landwehr*, em geral, só tem lugar por ordem nossa: constituem porém uma excepção d'esta disposição, os casos previstos pela lei de 4 de junho de 1851, por ordem dos generaes commandantes.

Art. 7.º Entra-se para a *landwehr* quando se sae do exercito e da marinha permanente. A duração do serviço na *landwehr* é de onze annos; porém cessa, apenas o individuo completar trinta annos de idade. Todavia as praças que tiverem embarcado, só serão licenciadas quando regressem das suas viagens. Os soldados de *landwehr* devem reputar-se licenciados em quanto não forem convocados para o serviço (artigo 6.º) ou para os exercicios. Só serão chamados para os exercicios os homens das quatro primeiras classes de idade, e cada praça d'estas classes pelo menos uma vez.

Estes exercicios têm lugar uma vez por anno e, em regra, não durarão mais de oito dias.

Art. 8.º Os mancebos que tenham seguido os estudos e que durante o seu serviço quizerem fardarse, equipar-se e fazer todas as mais despesas á sua custa, podem, se derem provas dos conhecimentos adquiridos, segundo as prescricções regulamentares, ser licenciados durante o seu primeiro anno de serviço no exercito permanente ou na marinha, e esse anno ser-lhes-ha contado por um serviço de tres annos, e de quatro annos na cavallaria. Elles serão propostos, segundo a sua capacidade e os seus recursos, para os logares de officiaes da reserva e da *landwehr* de terra e do mar.

Art. 9.º As praças licenciadas do exercito e da marinha (reserva da *landwehr* de terra e do mar) ficarão sujeitas, em quanto durarem as suas licenças, á inspecção de uma commissão militar; o que todavia não impede que ellas escolham livremente o seu domicilio e a sua residencia no interior do

Kennedy, para Aveiro em lastro; 16 pessoas de tripulação, e 1 passageiro.

Bragança, paquete inglês a vapor, capitão W. London, para Liverpool com fructa e mais generos; 18 pessoas de tripulação, e 2 passageiros.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 27 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, comandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 27 de fevereiro—3% consolidado a 44,10.

Bolsa de Paris, 27 de fevereiro—3% francez a 67,80—4 1/2 dito a 97,45.

Bolsa de Londres, 27 de fevereiro—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

AVISOS

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

Não podendo ter lugar, por motivos imprevistos, a reunião d'este monte pio, annunciada para domingo 26 do corrente, s. ex.ª o conselheiro presidente da assembleia geral convida todos os srs. socios a comparecerem, para os fins já designados, no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 4 do proximo mez de março.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1860.—Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, secretario da mesa da assembleia geral.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

Não se tendo reunido em numero a assembleia geral extraordinaria no domingo 26 do corrente, conforme se tinha avisado, para os fins marcados no n.º 11 do artigo 33.º dos estatutos, de ordem do ex.º presidente da assembleia geral novamente são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral extraordinaria, que deverá ter lugar no proximo domingo, 4 de março, pelas onze horas da manhã, no local do costume.

Sala das sessões da assembleia geral, 27 de fevereiro de 1860.—Joaquim José do Valle, 2.º secretario.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembleia geral convida a mesma a reunir-se no dia 3 de março, pelas 6 1/2 horas da tarde, para se continuar a discutir a ordem do dia da anterior sessão.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta feira 1 de março, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia: 1.º, segundas leituras; 2.º, parecer da commissão relativa ao commercio dos cereaes.

A mesa, attendendo á magnitude do assumpto que se vai tratar, roga a todos os socios a sua comparencia.—O secretario, J. A. Dias.

ASSOCIAÇÃO DO THEATRO DA RUA DOS CONDES

O ill.º sr. presidente da mesa convida os srs. accionistas a reunir em assembleia geral na quarta feira, 29 do corrente, pelas oito horas da tarde, no local do costume, a fim de lhes ser presente o parecer da commissão revisora de contas, e proceder-se á eleição de direcção, e de cinco membros para o conselho deliberativo.

Secretaria da associação, em 25 de fevereiro de 1860.—O 1.º secretario, F. R. Pena Monteiro.

BANCO DE PORTUGAL

A direcção para remover apprehensões que possa ter causado no publico o boato da appareição de algumas notas do valor de réis 185000, pagaveis em ouro, suppostas falsas, declara que, tendo-se apresentado neste estabelecimento alguns portadores d'essas notas, se procedeu a sua confrontação com os respectivos termos de emissão, e ao reconhecimento de todos os caracteres de verdadeiras, como effectivamente são; sendo de presumir que a suspeita de falsas nascesse da circumstancia de se o papel das apresentadas, e que pertencem ás primeiras emissões, um tanto mais grosso do que o da emissão mais recente.

Igualmente para obviar a que possam suscitar-se outras apprehensões, declara tambem que nas emissões de notas d'aquelle valor de réis 185000 pôde por ventura distinguir-se a marca de agua em algarismos de 195200 réis e 485000 réis, e o rotulo tambem em letras de agua de «Banco de Lisboa» por terem sido estampadas em papel que ficou d'esse extincto banco, que a direcção julgou dever aproveitar pela perfeição da chapa, e difficuldade de sua imitação; o que a direcção faz constar, a fim de que a indicada circumstancia não seja motivo de novas suspeitas.

Banco de Portugal, 27 de fevereiro de 1860.—Os directores, José Ricca—Antonio José Pereira Serzedello.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

JORNAL DA SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Publicou-se o n.º 1, respectivo ao mez de janeiro de 1860.

SUMARIO
Introdução.—Acta da sessão solemne e anniversaria no dia 12 de janeiro de 1860—Relatório do 1.º secretario o sr. Dr. Leopoldo da Silva Cardeira—Discurso do presidente o sr. Dr. João Antonio Marques—Programa para o concurso de memorias do anno de 1861—Secção scientifica—Noticiario.
Assigna-se e vende-se na secretaria da sociedade, largo dos Torneiros, n.º 2, 2.º andar.

ANNUNCIOS

1 NO JUIZO DA 2.ª VARA da comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão Borges, correm editos durante quinze dias, citando e chamando todos os interessados que se julgarem com direito aos bens do auctante José Santos Cordeiro, filho de D. Marianna Coelho e de Antonio Cordeiro dos Santos, nascido no lugar de Cagido, freguezia de S. Martinho de Oviã, bispado de Vizeu, cuja curadoria tem requerido a dita mãe do auctante, para verem offerecer os artigos de habilitação e justificação; não comparecendo no dito prazo serão lançados.

2 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, escrivão Borges, correm editos de trinta dias, a requerimento de Joaquim Ferreira da Rosa Junior, citando quem jus tenha á propriedade de casas na rua de S. Marçal, n.º 4 a 5-A, freguezia

de S. Marçal, por elle arrematada em praça, na execução que D. Maria do Carmo da Silva Gil, auctorisada por seu marido, promove á menor impubere D. Maria Eugénia, auctorisada por seu tutor José Maria Moreira de Bergara, para o viço de S. Marçal, por elle arrematada no arrematante, e requerendo para o producto, da quantia liquida de 13315600 réis, lançado a fl. 386 do liv. 15 da repartição dos orphãos, no depósito publico, qualquer onus a que a mesma propriedade possa estar sujeita por encargos particulares, tornas de fidejussão, hypothecas, ou por qualquer outro principio ou motivo, cogitado ou não cogitado.—Como procurador, José Constantino Gonçalves Novo.

3 POR DESPACHO DO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, e cartorio do escrivão Borges, fica em effecto a arrematação das obras do palacio, sito na rua de S. José, n.º 201 a 203, annunciada para o dia 29 do corrente, em vista de commun accordo dos interessados.

4 PELO JUIZO DA 2.ª VARA, escrivão Cabral, correm editos de trinta dias, chamando os credores ao caso do fallecido José Caetano Marques, morador que foi, na praça da Agria, n.º 57, para no referido prazo apresentarem seus titulos em juizo, com a comminação de revelia e lançamento.

5 PELO JUIZO DE DIREITO DA 4.ª VARA, escrivão Ramos, no dia 3 de março, ás onze horas, se ha de arrematar uma propriedade de casas, sita na rua direita da Lapa, com os n.º 24 e 25, faveira em 15000 réis ás Frias do Mombom, e laudêmio de decima, avaliada em 41000 réis, pertencente ao casal inventariado de Domingos Rolão.

6 PELO JUIZO DA 6.ª VARA, escrivão Motta, no dia 8 de março, no meio dia, no tribunal da Boa Hora, se ha de arrematar por 2000000 réis, ou a quem mais der, o predio na rua dos Lagares, n.º 47 e 48, com frentes para o bico dos Almocorres, e bico dos Captivos; cujo predio rende anualmente 218500 réis, e paga de foro ao hospital de S. José 320 réis.

7 PELO JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, escrivão Jacome, se affixaram editos de trinta dias, chamando e citando a quem tiver direito á propriedade de casas, sita na rua nova de S. Francisco de Paula, n.º 19, freguezia de Santos o Velho, foreira a Bernardino Martins Mineiro em 23575 réis, que foi adjudicada ao dr. José Vaz Monteiro, no inventario orphanoologico a que se procede por obito de José Francisco de Almeida, para que o deduzam no referido prazo, pena de se julgar a propriedade livre e desembargada para o adjudicatario.

8 PELO JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, escrivão Motta, correm editos de trinta dias, a requerimento de Candida Rosa de S. José Manuel de S.ª e Maria da Natividade da Silva, chamando quem tenha a oppor-se a que averbem em seus nomes, á primeira annunciante 14 inscripções da junta do credito publico, de n.º 5055 a 5061, do capital nominal de 1003000 réis cada uma, e de n.º 2766 a 2769, 15349, 18139 e 19380, de 5003000 réis cada uma, e a terceira parte na de n.º 33720, de 1003000 réis, a terceira parte nos dois titulos de cinco acções do banco de Portugal, dos capitais de 5003000 réis cada um, e de n.º 3595 e 3596, e a terceira parte nas duas acções da companhia das lezírias, de n.º 1977 e 1978; ao segundo annunciante seis inscripções da mesma junta do credito publico, de n.º 5062 a 5063, do capital nominal de 1003000 réis cada uma, e n.º 2580 a 2583, do capital de réis 14000000 cada uma, e a terceira parte nos papeis de credito acima ditos; e á terceira annunciante 6 inscripções da mesma junta, de n.º 5064 e 33719, de 1003000 réis cada uma, e n.º 2576 a 2579, de 10005000 réis cada uma, e mais a terceira parte restante nos preditos papeis de credito, que lhes pertencem, em virtude do testamento com que se finou José Maria Portella; e isto com pena de revelia.

9 PELO JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, e cartorio do escrivão Jacome Antonio, se ha de proceder no dia 7 do proximo mez de março, pelas onze horas da manhã, no largo do Stephens, n.º 1, 5.º andar, á almeida dos bens moveis, pertencentes ao casal da fallecida D. Catharina Rosa Esgarrig, viúva de Francisco Esgarrig, cujo espolio consta de roupas, roupas, joias de ouro e prata.

10 NO JUIZO ORDINARIO de Albergaria Velha, e cartorio do escrivão Marques Pres. Antonio Domingues Salgueiro, colheita, das Frias, Isabel Domingues da Silva e marido, do Sobreiro, Maria Domingues da Silva e marido, José Domingues da Silva e mulher, da villa de Albergaria Velha, e Francisco Domingues e mulher, residentes em Sereim, tratam de habilitar-se á curadoria dos bens de seu irmão e cunhado Manuel Domingues Salgueiro, do mesmo logar das Frias, au-

mente ha mais de trinta annos em parte incerta: quem se julgar com igual ou melhor direito o pôde vir deduzir na forma do art. 313.º da Nov. Ref. Jud.

11 ANNA JOAQUINA, e marido Manuel de Araújo, do logar do Couto de Ervedado, da comarca de Chaves, pertencem, como parentes mais proximos, habilitar-se na curadoria dos bens do auctante Luiz Manuel, e irmão Ignacio, filhos legitimos de Manuel Coelho, e mulher Maria do Carmo, do dito logar, por se acharem ausentes em parte incerta ha mais de dez annos, sem haver noticia alguma d'elles: vão propor sua acção perante o juiz de direito da mesma comarca, e cartorio do escrivão Gonçalves, noutre todos os interessados deverão comparecer para deduzirem seu direito, e viorem offerecer os competentes artigos de justificação e habilitação.

12 G. R. BATALHA, negociante na cidade do Porto, em cumprimento do que determina o codigo commercial, annuncia que tendo deixado de ser empregado na sua casa commercial seu irmão o sr. Constantino Rodrigues Batalha, para ir estabelecer-se por sua conta propria, por isso cessaram os poderes da procuração geral que tinha dado ao mesmo senhor. Porto, 22 de fevereiro de 1860.—G. R. Batalha.

13 ALVARO FERNANDES DE SEABRA, e seus irmãos, naturaes e residentes no reino, netos do fallecido José Joaquim Fernandes de Sousa, da freguezia do Machico, fazem publico que por virtude de sentenças obtidas em todos os tribunaes se procedeu a novo inventario, e se lhes deu partilha judicial, e que pela mesma foi adjudicada a terça parte dos bens do dito sr. avô á legataria D. Clara Rosa Fernandes, tambem da freguezia do Machico, e agora residente no Funchal; mas tendo de continuar contra esta e João Ezequiel De remunde da Camara, e a mulher d'este, D. Maria Candida Jervis da Camara, residentes tambem no Funchal, a execução pelos rendimentos, e pelos avultados e importantes sonoados ao primeiro como ao segundo inventario, a que estão sujeitos não só os bens da mesma terça, mas tambem os seus proprios, e não os podendo válida e legalmente alienar, o fazem publico em ratificação de seus anteriores annuncios de 2 de junho de 1857, e 28 de janeiro de 1860, para que ninguém de futuro allegue boá fé. Coimbra, 18 de fevereiro de 1860.

14 PELA CAMARA PATRIARCHAL corre um processo de liquidação, e requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção das collegiadas de Santa Maria e São Thiago de Almada; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extinção das mesmas collegiadas, ou a pererearem alguma parte dos rendimentos d'ellas, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

COMPANHIA ESTEPHANIEENNE

15 TENDO SIDO APROVADOS pelo governo de Sua Magestade, como consta do *Diário de Lisboa* de 5 de dezembro de 1858, n.º 30, os estatutos da companhia de caminho de ferro de Cintra, a direcção da companhia *Estephanienne*, por este motivo, e em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pela assembleia geral dos accionistas na sua reunião de 28 de setembro de 1858, convida os srs. subscriptores de acções da mesma companhia a entrar com a primeira prestação de 5 por cento de suas acções, no escriptorio da companhia, rua do Monte de Santa Catharina, n.º 61, das onze horas da manhã ás tres horas da tarde, e isto no decurso de trinta dias, a contar de hoje; na intelligencia de que não o fazendo perdem os seus direitos de accionistas. Deixando ás pessoas, que tenham pedido uma reserva de acções, a plena liberdade de confirmar ou annular os seus pedidos. Lisboa, 10 de fevereiro de 1860.—Os directores da companhia *Estephanienne*, Conde do Fervor—Conde de Claranges Lucotte.

COMPANHIA DE CARRUAGENS LISBONENSES

Relação dos srs. accionistas que nas sessões de 31 de janeiro e 23 de fevereiro foram eleitos para os diversos cargos da companhia no presente anno.

ASSEMBLEIA GERAL

O ex.º sr. marquez de Vianna.

VICE-PRESIDENTE

O ex.º sr. conselheiro José de Freitas Teixeira Spínola Castellan-Branco.

SECRETÁRIOS

João Feliciano Marques Pereira

III.º sr. José Antonio Leite.

DIRECÇÃO

Ex.º sr. dr. Francisco Maria da Silva Torres

Antonio Esteves de Carvalho

III.º sr. José Joaquim da Costa

José Antonio Leite

José Maria Coelho Falcão.

Lisboa, companhia de carruagens lisbenses, 27 de fevereiro de 1860.—O secretario da assembleia geral, João Feliciano Marques Pereira.

17 PRECISA-SE DE UMA CRIADA, de 30 a 40 annos de idade, para todo o serviço de uma casa de quatro pessoas. Quem estiver n'essas circumstancias dirija-se á rua da Magdalena, n.º 11, numerção antiga, e 23, moderna, 2.º andar.

18 NA TARDE DE 14 DE MARÇO FUTURO, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se ha de arrematar uma propriedade de casas com seu quintal, sita na rua da Boa Vista, n.º 132 a 140, e para o bico de Francisco André, n.º 1 e 2, freguezia de S. Paulo; paga de foro a terça parte d'esta propriedade 13200 réis em cada anno, laudêmio de quarentena, rende 5803000 réis, avaliada em 100003000 réis, e penhorada a Francisco Vianna Ruas, a requerimento de Christovão Pinto Barreiros, pela 2.ª vara, escrivão Martins.—O escrivão da arrematação, Silva.

19 NA TARDE DE 16 DE MARÇO FUTURO, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se ha de arrematar uma propriedade de casas, sita na rua das Adellas, n.º 15-C a 15-E, e para a rua de S. Marçal, n.º 70, freguezia das Mercês, paga de foro em cada anno 55600 réis, laudêmio de quarentena, rende 1153200 réis, avaliada em 1182500 réis, liquida dos encargos, e penhorada á menor impubere D. Maria Eugénia, auctorisada por seu tutor, a requerimento de D. Maria do Carmo da Silva Gil, auctorisada por seu marido, pela 2.ª vara, escrivão Borges.—O escrivão da arrematação, Silva.

LEILÃO DE PREDIO

NA PRAÇA DO COMMERCIO

Por intervenção do corretor Pereira Merello

20 NO DIA 1 DE MARÇO, pelas duas horas da tarde, se ha de vender em leilão o predio sita na rua Formosa, n.º 75 a 77 (numerção antiga), o qual paga de foro 13200 réis, com laudêmio de vintena, e rende 2303400 réis.

21 VENDE-SE UMA CASA na travessa dos Carros, n.º 16 a 19: pôde-se fallar todos os dias com o dono, na rua do Principe, n.º 7.

ANTIGOS BANHOS DO ESTORIL

22 OS QUARTOS SÓ SE ALUGAM na rua do Patricinio, n.º 78-B.

Rectificação.—Annuncio n.º 7, *Diário* de 24 do corrente, aonde se diz—Freixo de Espozende á Cinta—deve dizer-se—Freixo de Espada á Cinta.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. MARIA II

Quarta-feira 29 de fevereiro —O Morgado de Fafe—O Luxo.

THEATRO DE VARIEDADES

Quinta-feira 1, sabbado 3, e domingo 4 de março —A Coroa de Carlos Magno.

THEATRO DO GYMNASIO DRAMATICO

Hoje 28 de fevereiro —A Probidade—Um marido que é victima das modas.

REAL THEATRO DE S. CARLOS

Hoje 28 de fevereiro, 55.ª recita de assignatura. Opera *Roberto do Diabo*.

Quarta-feira 29. Em beneficio da 1.ª bailarina assoluta a sr.ª Stefanska. Opera *O Propheta*.

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 45' 45" Longitude + 9° 8' 49" 3. Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Têjo 4.226

QUADRO DOS VENTOS E CHUVAS

1859		ANEMOGRAPHO		UDOGRAPHO	
DEZEMBRO		DIRECÇÃO DO VENTO — RUMOS		VELOCIDADE DO VENTO EM KILOMETROS	
DIAS E PHASES DA LUA		DIRECÇÃO DO VENTO — RUMOS		VELOCIDADE DO VENTO EM KILOMETROS	
DIAS	PHASES	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª
1	NO.	NO.	NO.	NO.	NO.
2	N.	N.	N.	N.	N.
3	N.	N.	N.	N.	N.
4	N.	N.	N.	N.	N.
5	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.
6	N.	N.	N.	N.	N.
7	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.
8	SE.	SE.	SE.	SE.	SE.
9	SE.	SE.	SE.	SE.	SE.
10	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.
11	N.	N.	N.	N.	N.
12	N.	N.	N.	N.	N.
13	N.	N.	N.	N.	N.
14	N.	N.	N.	N.	N.
15	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.
16	N.	N.	N.	N.	N.
17	N.	N.	N.	N.	N.
18	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.
19	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.
20	N.	N.	N.	N.	N.
21	N.	N.	N.	N.	N.
22	N.	N.	N.	N.	N.
23	N.	N.	N.	N.	N.
24	O.	O.	O.	O.	O.
25	O.	O.	O.	O.	O.
26	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.
27	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.
28	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.
29	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.
30	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.	ONO.
31	ESE.	ESE.	ESE.	ESE.	ESE.
N.	11	11	10	7	6
NNE.	3	5	7	9	13
NE.	0	0	0	1	3
ENE.	0	0	0	0	0
E.	0	0	1	1	0
ESE.	1	2	3	2	1
SE.	2	2	0	1	0
SSE.	0	0	0	0	1
S.	1	0	0	0	1
SSO.	0	0	0	2	1
SO.	1	4	4	2	4
OSO.	3	2	3	4	2
O.	1	0	0	0	0
ONO.	2	2	2	1	0
NO.	2	2	2	1	0
NNO.	3	1	0	3	1
V.	1	0	0	0	0
C.	0	0	0	0	0
Kilómetros percorridos		4134		3143	
		3143		3143	
		3143		3143	
durante o mez		10722		10722	
Anemographo.—É o anemometro de Ostler, bastante modificado. Regista a todo o instante a direcção e a velocidade do vento. O <i>caucento</i> é o motor para o registro dos rumos dos ventos; e uma <i>velocidade</i> o do registro das velocidades. (V. o <i>Diário do Governo</i> de 12 de fevereiro de 1856, ou o <i>Quadro dos elementos meteorologicos do anno de 1855</i> .)		Os rumos dos ventos d'estes quadros são os predominantes ou médios dos havidos da meia noite ao meio dia até ás 2 h., das 2 h. até ás 4, das 4 até ás 6, etc. Os rumos subentendidos se sempre referidos á meridiana verdadeira. Os n.ºs 86, 84, 14, etc., da parte inferior da ultima columna á direita, são as sommas dos ventos N., NNE., NE., etc., e das calmas e variaveis, que tiverem lugar durante o mez.		As velocidades são os numeros de kilometros percorridos á 1, 2, 3 horas, etc., depois da meia noite ou do meio dia. Quando na linha correspondente a 0 (calma) estiver algum kilometro, esta velocidade deve attribuir-se ao vento que se seguiu á calma.	
Udographo.—Regista a chuva e as horas em que choveu. O peso da agua pluvial, que vai caindo, faz pender, cada vez mais, o recipiente interno do udometro, e este movimento produz o do tirante, que maneoja o lapis. (V. o <i>Diário</i> ou o <i>Quadro</i> citados.)		Quadros das observações.—Os <i>Quadros complementares</i> contém o estado do tempo ás 9 h. da manhã, meio dia, 3 h. da tarde, e 9 h. da noite, bem como outros elementos, que não vem nos <i>Quadros das observações trihorarias</i> . Os <i>rumos dos ventos</i> , predominantes ou médios, de duas em duas horas,		e as suas velocidades, de hora em hora, publicam-se em <i>Quadros</i> proprios, bem como as observações magneticas.	
Anno meteorologico.—Começa no 1.º de dezembro, e finda em 30 de novembro do anno civil immediato.		Inverno meteorologico: dezembro, janeiro e fevereiro.		Primavera: março, abril e maio.	
Verão: junho, julho e agosto.		Outono: setembro, outubro e novembro.			

Lisboa, 12 de janeiro de 1860.—Director, J. A. da Silva—Observadores, J. C. de Brito Capello